



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 96

SÁBADO, 5 DE JUNHO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1993

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jovem Pira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 96, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Rádio Jovem Pira Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Piracaia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1993-CN

Altera a Resolução nº 1, de 1991-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 1991-CN, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º A Comissão compõe-se de 84 (oitenta e quatro) membros titulares, sendo 63 (sessenta e três) Deputados e 21 (vinte e um) Senadores.

§ 1º Os suplentes serão em número de 28 (vinte e oito), sendo 21 (vinte e um) Deputados e 7 (sete) Senadores.

§ 2º Com exceção do Presidente, cada membro titular da Comissão será membro efetivo de duas das subcomissões temáticas de que trata o art. 21 desta Resolução, excluída a subcomissão referida no seu § 5º

.....
.....

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUÍZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Fragens 1.200 exemplares

Art. 5º

§ 2º O mandato da Comissão se encerrará com a instalação da Comissão subsequente.

Art. 15: Cada Parlamentar poderá apresentar, a qualquer título, até 50 (cinquenta) emendas, excluídas as previstas no inciso II do art. 16.

Art. 16.

§ 3º O parecer preliminar será apresentado pelo Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual até o quinto dia do prazo final estabelecido para a apresentação de emendas e votado, na Comissão, nos cinco dias que se seguirem.

Art. 18.

I —

II —

a)

b) até dez dias para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão, a partir do recebimento;

c) até cinco dias para votação do parecer preliminar pela Comissão, a partir da sua apresentação;

d) vinte dias para a apresentação de emendas perante a Comissão, a contar da distribuição de avulsos;

e) até dez dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para sua apresentação;

f) até quarenta dias para conclusão da votação dos pareceres parciais, setoriais e final pela Comissão;

g) até vinte dias para a sistematização do parecer final sobre o projeto e as emendas, e encaminhamento do parecer final consolidado à Mesa do Congresso Nacional.

Art. 2º Acrescente-se um artigo, a ser numerado como 16 renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

"Art. 16. Poderão ser também apresentadas Emendas Coletivas, cuja iniciativa caberá:

I — às Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relativas às matérias que lhes sejam pertinentes regimentalmente, devidamente acompanhadas da Ata das reuniões em que as mesmas foram deliberadas, até o limite de 3 (três) emendas por Comissão Permanente;

II — aos Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional, que será encabeçadas por seus líderes e assinadas pela maioria absoluta das respectivas bancadas, na proporção de 1 (uma) emenda para cada grupo de 10 (dez) Parlamentares ou fração, garantido o mínimo de 1 (uma) emenda por Partido;

III — a Parlamentares que representem um terço da bancada do respectivo Estado no Congresso Nacional e totalizem no mínimo 5 (cinco) subscritores, sobre projetos de interesse estadual, podendo cada parlamentar encabeçar até 3 (três) emendas.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, **Humberto Lucena**, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 1993

Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville — SC, a contratar operação de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A — BADESC, no valor total de Cr\$11.660.338.138,60 (onze bilhões, seiscentos e sessenta milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e trinta e oito cruzeiros e sessenta centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Joinville — SC autorizada, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, a contratar operação de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A — BADESC.

Art. 2º As condições financeiras da operação de crédito são as seguintes:

a) valor pretendido: Cr\$11.660.338.138,60, equivalente a US\$581,215.14 em 1º-3-93;

b) prazo para desembolso dos recursos: após aprovação do Senado Federal;

c) juros: 10,5% a.a.;

d) taxa de administração: 1,5% a.a.;

e) garantia: ICMS;

f) destinação dos recursos: execução de obras de infra-estrutura urbana;

g) condições de pagamento: — do principal: em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses.

Art. 3º A autorização de que trata esta Resolução será exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 108ª SESSÃO, EM 4 DE JUNHO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente a seguinte matéria:

— Emendas da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 410/91, que restabelece o incentivo fiscal que menciona e dá outras providências.

1.2.2 — Comunicação

— Do Líder do PSDB, indicando o Senador Almir Gabriel para a Vice-Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

1.2.3 — Ofício

— Nº 25/93, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação das Emendas nº 1 a 4, oferecidas pela Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei nº 410/91 de autoria dos Senadores Pedro Simon e Dario Pereira, que restabelece o incentivo fiscal que menciona e dá outras providências.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Abertura de prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 410/91, sejam apreciadas pelo Plenário.

— Recebimento do Ofício nº 251/93, na origem, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando a complementação dos documentos necessários à instrução do Ofício nº S/45, de 1993.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 546/93, do Senador Marco Maciel, solicitando licença dos trabalhos da Casa, no dia 4 do corrente. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR — Críticas ao Projeto de Lei da Câmara nº 106/92, em tramitação no Senado, dispondo sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.

SENADOR ELCIO ALVARES — A situação da saúde no Brasil. Gravidade do problema e o momento dramático que vivem as Santas Casas e as entidades filantrópicas no País. Depoimento do Deputado José Linhares concedido ao *Jornal de Brasília*, de 31 de maio último, a respeito do assunto.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 46/93, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de dezenove bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos, para financiamento do Projeto Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão. **Votação adiada por falta de quorum.**

Requerimento nº 515/93, do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 58 da Constituição Federal,

in fine, combinado com os arts. 71 e 74, a, e 78 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial, composta de 9 membros titulares e 5 suplentes, para, no prazo de 90 dias, estudar problemática vinculada ao Programa Calha Norte. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Considerações a respeito do artigo publicado no *Jornal de Brasília*, edição de 3-6-93, intitulado *Diagnóstico de Amazônia prevê futuro sombrio*, caracterizando as conseqüências do desinteresse da União com o desenvolvimento da região.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Comemoração dos 35 anos da cidade-satélite de Taguatinga DF.

SENADOR NEY MARANHÃO — Comentários à reportagem sobre a seca do Nordeste, publicada no jornal *A Folha de S. Paulo*, do dia 2-6-93, na série "Brasil Viável", pelo jornalista Gilberto Dimenstein.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO — Pronunciamento de S. Exª durante reunião da Comissão Nacional do Programa Frentes Produtivas de Trabalho, a respeito de financiamentos à produção agrícola.

SENADOR JONAS PINHEIRO — Seminário "Desperdício no Brasil — causas e soluções".

SENADOR BENI VERAS — Excelentes resultados dos projetos de irrigação, desenvolvidos pela iniciativa privada, na região nordestina, exemplificados pelo Projeto Maísa, no Estado do Rio Grande do Norte. Considerações sobre os fatores necessários à implementação e continuidade desses projetos.

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Urgente necessidade de atenção das autoridades ao problema da pesca no Brasil, principalmente por ser uma solução para a deprimida situação de fome no Brasil.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — MESA DIRETORA****3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 108ª Sessão, em 4 de junho de 1993****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Chagas Rodrigues*

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Chagas Rodrigues _ Elcio Álvares _ Eptácio Cafeteira _
João Calmon _ João França _ José Richa _ Magno Bacelar _
Nabor Júnior _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 169, DE 1993

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas, de números 1 a 4, aprovadas pela Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 410, de 1991, que "restabelece o incentivo fiscal que menciona e dá outras providências".

Relator: Senador Esperidião Amin

O Projeto de Lei nº 410, de 1991, de autoria dos ilustres Senadores Pedro Simon e Dario Pereira, restabelece a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativo aos insumos empregados na industrialização de veículos de transporte coletivo de passageiros e de seus chassis com motor e carroceria. Foi aprovado por esta Casa e encaminhado à Câmara dos Deputados para revisão, em atendimento ao disposto no art. 65, caput, primeira parte, da Constituição Federal.

Naquela Casa a proposição logrou acolhimento integral, porém adicionada de quatro emendas, o que determinou seu retorno ao Senado.

Despachada a matéria a esta Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 1º, V, do Regimento Interno, compete-lhe emitir parecer e, a final, deliberar sobre as emendas oferecidas pela Câmara.

A Emenda nº 1, de autoria do nobre Deputado Fernando Freire, prevê a retroação a 5 de outubro de 1990 do incentivo fiscal aprovado pelo Senado, sob a justificativa de que a Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992, ao restabelecer vários favores fiscais extintos por força do art. 41, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, adotou igual critério, fazendo seus efeitos retroagir a 5 de outubro de 1990.

A Emenda nº 2, de autoria dos nobres Deputados Luiz Roberto Ponte e Victor Faccione, autoriza o restabelecimento da isenção do IPI para casas e edificações pré-fabricadas, e para preparações, vigas, blocos de concreto, inclusive pré-moldados, e estruturas metálicas destinadas à aplicação em obras hidráulicas ou de construção civil. Nos termos da emenda, a isenção terá vigência a partir da data da publicação da Lei.

A Emenda nº 3, de autoria do ilustre Deputado Germano Rigotto, estabelece que a retroatividade prevista no art. 2º, nos termos da Emenda nº 1, se aplica à manutenção dos créditos relativos aos insumos empregados na industrialização de máquinas e implementos agrícolas beneficiados com a isenção concedida pela Lei nº 8.191, de 11 de junho de 1991.

A Emenda nº 4, também de autoria do ilustre Deputado Germano Rigotto, dispõe que o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional projeto de lei especificando o montante da renúncia fiscal decorrente das isenções previstas nesta lei, bem como as despesas que serão automaticamente anuladas, com vistas ao cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É o relatório.

VOTO

Considerando que o projeto oriundo do Senado já foi aprovado em ambas as Casas, sem alteração do seu texto

original, não comportando, assim, reexame da matéria, cabe, nesta oportunidade, a esta Comissão apreciar tão-somente as emendas que lhe foram aditadas pela Câmara dos Deputados.

EMENDA Nº 1

O Relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Deputado Germano Rigotto, em seu voto, assim se pronunciou:

"A adoção da retroatividade encontra apoio no precedente contido na Lei nº 8.402, de 8 de janeiro de 1992, que restabeleceu diversos incentivos fiscais extintos por força do art. 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com retroatividade a 5 de outubro de 1990. De fato, o Governo não esclareceu o alcance do termo "incentivos fiscais de natureza setorial" nem esclareceu quais benefícios estariam extintos, levando as empresas a gozar o benefício após aquela data. A proposta de retroatividade ora examinada visa a corrigir situações provocadas pela indefinição do próprio Governo quanto ao entendimento do que seriam incentivos fiscais setoriais, evitando que empresas que tenham gozado do benefício após outubro de 1990 venham a ser punidas injustamente."

Está perfeito o entendimento da Câmara, que reflete inequivocamente a aplicação do princípio isonômico, ao consentir a retroação do benefício fiscal a 5 de outubro de 1990 à semelhança do que foi estabelecido pela Lei nº 8.402/92 com relação a outros produtos industrializados.

Permitimo-nos, pois, adotar quanto a esta emenda as razões do voto do Relator na Câmara pela consistência de sua fundamentação.

Destarte, somos pelo acolhimento da proposição.

— Nº 2 —

O restabelecimento da isenção do IPI para casas e edificações pré-fabricadas, assim como para preparações, vigas, blocos de concreto e pré-moldados constitui medida de relevante alcance social, sobretudo se levarmos em consideração a redução do preço final das construções e o aumento da oferta de emprego, efeitos esses que beneficiarão, sem dúvida, as camadas mais desfavorecidas da população. Ademais, é de reconhecer-se a compatibilidade da medida com a anunciada política governamental que visa a reduzir o déficit habitacional do País e a facilitar a aquisição da casa própria.

Somos, pois, de parecer favorável ao acolhimento da emenda.

— Nº 3 —

Esta emenda também se funda no princípio isonômico ao prever a retroação a 5 de outubro de 1990 para manutenção de crédito do IPI relativo a insumos empregados na fabricação de tratores, máquinas e implementos agrícolas. Ao conceder isenção para esses bens, inclusive com manutenção de crédito do IPI, a Lei nº 8.191, de 11 de junho de 1991, não dispôs sobre a retroatividade do benefício a 5 de outubro de 1990. Dessa forma, a emenda tem por escopo corrigir distorção verificada e evitar que empresas que tenham utilizado o benefício fiscal no período de 5 de outubro de 1990 a 11 de junho de 1991 venham, injustamente, sofrer punições.

Nosso parecer, portanto, é pela aprovação da Emenda.

— Nº 4 —

Esta emenda nada mais é que complemento formal e indispensável à juridicidade do projeto como um todo. Na verdade, a Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe que qualquer projeto de lei que implique renúncia fiscal deve indicar as despesas, no correspondente montante, que serão anuladas no orçamento.

Assim, a emenda é de inteira procedência, devendo merecer acolhimento.

Diante de todo o exposto, nosso parecer é pela aprovação de todas as Emendas da Câmara dos Deputados de números 1 a 4, ao Projeto de Lei do Senado nº 410, de 1991.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1993. — **Moisés Abrão**, Presidente — **Esperidião Amin**, Relator — **João Rocha** — **Eduardo Suplicy** — **Jonas Pinheiro** — **Henrique Almeida** — **Magno Bacelar** — **César Dias** — **Elcio Alvares** — **Dario Pereira** — **Pedro Simon** — **Gilberto Miranda** — **Bello Parga** — **Raimundo Lira** — **Garibaldi Alves Filho** — **Mário Covas**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 3 de junho de 1993.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos do parágrafo 7º do artigo 65 do Regimento Interno, indicar o nobre Senador Almir Gabriel para a Vice Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação:

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Subsecretaria de Comissões
Comissão de Assuntos Econômicos
OF/CAE/025/93

Brasília, 1º de junho de 1993.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou as Emendas nº 1 a 4 oferecidas pela Câmara dos Deputados ao PLS nº 410, de 1991 de autoria dos Senadores Pedro Simon e Dario Pereira que “restabelece o incentivo fiscal que menciona e dá outras providências”.

Na oportunidade renovo V. Exª a meus protestos de elevada estima e consideração. — Senador **João Rocha**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 410, de 1991, sejam apreciadas pelo Plenário.

Esgotado esse prazo, sem interposição de recurso, as referidas emendas, uma vez apreciadas, por determinação das lideranças, em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos

Econômicos, serão incorporadas ao texto do projeto original, em redação final, para posterior remessa à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência comunica que recebeu, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Ofício nº 251/93, na origem, de 31 de maio, encaminhando a complementação dos documentos necessários à instrução do Ofício nº S/45, de 1993.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos para ser enexado ao processado da matéria em referência.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 546, DE 1993

Senhor Presidente,

Na forma do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requero seja considerada licença minha ausência aos trabalhos da Casa, dia 4 de junho de 1993, em virtude de participar, no Recife, de eventos político-administrativos que se realizarão no Palácio do Governo de Pernambuco.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1993. — Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a grande polêmica deste final de século se trava em torno das questões ambientais, pois as divisões históricas e ideológicas foram superadas pelas mudanças na correlação política de forças ocorrida com o final da “guerra fria”.

Criou-se uma falsa contradição entre pretensos defensores e tenebrosos inimigos da ecologia, o que elimina todas as posições razoáveis e lúcidas que conciliam ambos os fatores, a preservação dos recursos naturais e o aproveitamento do potencial econômico do Planeta em prol dos que nele vivem, particularmente os mais desprovidos de fortuna e de esperanças.

São análises conceituais, as que ora faço perante o Senado Federal, mas, hoje, pretendo abordar um ponto específico, aparentemente menor, porém capaz de causar grandes danos à economia e ao desenvolvimento nacionais.

A racionalidade e a lucidez, todavia, movem e justificam este pronunciamento.

Tenho pelos ecologistas em geral, e pelo nobre Deputado Fábio Feldmann em particular, o mais profundo respeito, o respeito que dedico a todos quantos se voltam para a defesa de causas sagradas como a salvação do nosso Planeta. Isso não impede que, em ocasiões importantes, faça críticas sinceras a algumas de suas propostas.

A Casa está examinando um projeto apresentado pelo Deputado Fábio Feldmann, o de nº 106/92, que dispõe sobre a redução de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, cuja redação final estabelece, no art. 9º, a seguinte determinação: “fica fixado em 22% (vinte e dois por cento) o percentual obrigatório de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina em todo o Território Nacional”, seguin-

do-se parágrafo único que admite "uma variação de 1% (um por cento), para mais ou para menos, no percentual estipulado no caput deste artigo".

A justificativa para esse patamar é, precisamente, a necessidade de redução do nível de poluentes atmosféricos, gerados pelos motores dos veículos que circulam nas ruas do País. Esses 22% de álcool, misturados à gasolina, garantiriam um produto menos danoso à atmosfera, assegurando, destarte, melhores condições de vida nas grandes metrópoles nacionais.

Em princípio, ninguém poderia ser contra tais propósitos — mas seu exame realista e objetivo, dentro dos critérios de racionalidade e de lucidez que citei no início deste pronunciamento, aponta outros fatores que também devem ser pesados responsabilmente, para não causar prejuízos insuportáveis à economia nacional — à qualidade de vida de todos os brasileiros, portanto.

Estou recebendo um informe técnico fornecido pela PETROBRÁS, que destaca, como decorrência desse dispositivo, uma perspectiva de inviabilizar-se "a possibilidade de existirem no País outros tipos de gasolinas com menor potencial poluidor que a atual, sem ter a obrigatoriedade de conter 22% de álcool em sua composição".

Diz, ainda, a grande Empresa nacional, orgulho técnico e símbolo da nossa capacidade empreendedora: "a crise de abastecimento de álcool a partir de 1989 fez com que os veículos regulados de fábrica, desde 82, para gasolina com 22% de álcool, aumentassem as emissões de poluentes, pois a disponibilidade de álcool anidro para misturar à gasolina ficou diminuída e o Departamento Nacional de Combustíveis autorizou a redução do álcool na gasolina para 13% (mais ou menos) em todo o País, situação que persistiu até 30 de setembro passado, exceto na Grande São Paulo, fato que reforçou a posição da PETROBRÁS de apresentar uma proposta para comercialização de uma gasolina com no máximo 10% de álcool para ser utilizada em veículos projetados para esse combustível, a exemplo do que ocorre no mundo inteiro."

A luta para reduzir o potencial poluente da gasolina, em nosso País e nos demais, é indormida. Uma importante medida em tal direção foi tomada em 1989 pela PETROBRÁS, ao suspender a adição de chumbo tetra-etila ao produto, mesmo incorrendo em perda nominal de octanagem — fomos, aliás, a segunda nação a fazê-lo, fato que poucos conhecem e menos ainda reconhecem.

Isso demonstra uma séria preocupação com as causas ecológicas, Sr. Presidente. Mas demonstra, também, que nada se deve fazer em termos de legislações draconianas e inflexíveis, justamente porque a flexibilidade operacional e científica é a base de todos os avanços tecnológicos.

Não vejo como deixar de aplaudir a Petrobrás, quando seus técnicos lembram que "com a redação 'obrigatório', para a adição de 22% de álcool à gasolina, não se poderá vender o combustível, no caso de uma nova falta de álcool, até que se faça uma nova lei corrigindo o assunto. Deve-se ter em mente que esta é uma possibilidade real, como demonstra artigo publicado recentemente nos principais jornais do País, de autoria dos produtores de cana-de-açúcar e de álcool do Brasil".

O Sr. Pedro Teixeira — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer ouço o nobre Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Senador Nabor Júnior, V. Exª está fazendo uma apreciação, com muita propriedade, de uma matéria que é altamente relevante e significativa para a economia nacional. De um lado, há os interesses, na verdade, dos plantadores de cana-de-açúcar, dos fabricantes de álcool, e, do outro lado, o interesse da PETROBRÁS. O que desejam os fabricantes de álcool é que se aumente esse quantitativo para 22%, obrigando a ter uma mistura de até 22% de álcool, enquanto que a PETROBRÁS acha que isso é temerário, porque inclusive se amanhã faltar álcool, teremos uma lei que obriga a essa adição, quando o País poderá não ter essa disponibilidade de álcool. Além disso, há outras implicações de caráter internacional: os carros importados, que têm uma outra preparação. Contra isso se antepõem aqueles que acham que a nossa qualidade de gasolina é uma das piores do mundo; o que é contestado muito bem pela própria PETROBRÁS que demonstra que a nossa gasolina e a do Japão são as que menos poluem. Uma prova sobeja disso tudo, da qualidade e do refino da nossa gasolina, é que nós exportamos gasolina até para os Estados Unidos, e lá há boa aceitação. Ora, trata-se de um país como os Estados Unidos, que é zeloso pela saúde do seu povo, e que confia no nosso produto. Esta é uma matéria que foi amplamente debatida ontem na Comissão de Estudos Sociais, e eu dei um voto em separado exatamente no sentido de que se trata de matéria séria que merece reflexões não só pelo âmbito econômico, mas também pela questão da qualidade da saúde e outras implicações, tais como importações e exportações. A Comissão houve por bem debater o assunto amplamente, convidando técnicos de todos os setores: aqueles que defendem o aumento de 22% e os que acham que se deve estabelecer o limite de 22, mas não impondo uma condição. De maneira que, em relação a esse assunto, quando V. Exª louva a PETROBRÁS, quero fazer coro, porque realmente tenho sido visitado constantemente pelos técnicos e diretores daquela empresa que vêm apresentando elementos que vão possibilitar ao Senado Federal fazer um estudo sério. E quando V. Exª traz essa matéria, que é técnica, mas de reflexos políticos, sociais e econômicos, ao plenário desta Casa, só tenho que cumprimentá-lo por estar preocupado realmente com a a decisão que deverá ser tomada para que ela seja madura, amadurecida e não prejudicial ao interesse da nossa grande companhia, a PETROBRÁS. Parabéns V. Exª porque traz ao plenário matéria de tal envergadura.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a importante colaboração que V. Exª traz ao meu discurso, através de seu sempre lúcido aparte. Já tive, aliás, o privilégio de constatar a profundidade do conhecimento do ilustre Colega sobre o assunto, em reunião na Comissão de Assuntos Regionais.

V. Exª, como de hábito, tem razão: a mistura de 22% de álcool na gasolina continua sendo feita apenas porque os estoque e a produção de combustível vegetal são compatíveis com a manutenção daquele percentual, o que reforça, de certa forma, o argumento que estou alinhando, de que não se deve impor uma lei praticamente imutável eternizando tal situação.

V. Exª e toda a sociedade brasileira estão lembrados, decerto, da grave crise registrada em 1989 no abastecimento de álcool, deixando parados os veículos movidos a esse combustível, em todas as Regiões do País. Isso aconteceu com um carro de minha propriedade e certamente se repetiu com os de muitos de nossos Pares, espelhando casos que se agravavam nos Estados mais distantes, como o Acre.

Isso, é importante frisar, aconteceu com os carros movidos a álcool, preservando o direito de ir-e-vir dos movidos a gasolina. Ora, se tornarmos obrigatória a adição de uma grande parte de álcool nos tanques dos carros a gasolina, isso resultará na paralisação de toda a frota do País, cujas conseqüências são por demais óbvias e, portanto, dispenso-me de relacionar nesta oportunidade.

Este é o sentido do meu discurso: demonstrar ao Senado Federal a inviabilidade da aprovação de um projeto impositivo como o elaborado pelo nobre Deputado Fábio Feldmann, por quem nutro o maior respeito e profunda consideração. Mas é indispensável que se preserve a margem estratégica de manobra do Departamento Nacional de Combustíveis, de modo que o Governo tenha recursos ágeis e eficazes para enfrentar as crises cíclicas no abastecimento. Que ninguém deseja, mas que podem acontecer novamente, a qualquer momento.

Retomo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu discurso.

Os sucedâneos do álcool, além de virtualmente mais danosos ainda para o meio ambiente, trazem outro tipo de problema, visível desde a crise de abastecimento registrada em 1989: o etanol e o metanol têm limites de disponibilidade no mercado internacional, não sendo possível adquiri-los em quantidades suficientes para atender a todas as nossas necessidades — isso sem falar no forte impacto que causam na combalida reserva cambial do Brasil.

Os defensores dos interesses dos grupos canavieiros se unem, paradoxalmente, aos que lutam pelo mínimo de 22% de álcool na gasolina, mesmo sabendo que hoje os produtores se voltam mais para a fabricação de açúcar, cuja cotação nos mercados internacionais é muito mais favorável que a do álcool vendido em nossos postos. Mas não conseguem desmentir a realidade de que a redução dessa mistura, de 22 para 10%, jamais ameaçaria seus interesses comerciais e industriais nem a sobrevivência do PROALCOOL — mesmo porque, é bom repetir, os usineiros estão sendo os primeiros a reduzir a produção de combustível líquido destinado à frota automotiva.

Isso aponta justamente para a tese que defendo: flexibilizar, no caso, é sinônimo de racionalizar, viabilizar, possibilitar, assegurar o abastecimento interno.

Sejamos sinceros como sempre somos, Srs. Senadores: a elaboração de leis é um processo demorado e minucioso. As prateleiras da Secretaria Geral e das Comissões da Casa estão abarrotadas de projetos importantes, que tramitam há vários anos, enquanto até mesmo propostas urgentes, enviadas pelo Governo, consomem igual período dilatado. Não por desídia, inércia ou irresponsabilidade dos legisladores, mas pelas condições peculiares da vida pública e institucional de nossos tempos. Mas, o fato é que as leis demoram a ser elaboradas.

Criar, agora, um patamar de 22% para a adição de álcool à gasolina, criar essa exigência através de lei ordinária, é gerar um monstro engessado e praticamente imutável, capaz de paralisar, no futuro, toda a economia nacional.

E, ao dizê-lo, não faço exercícios de terrorismo dialético — que, aliás, não condizem com o equilíbrio verbal e político que pautava minha conduta de homem público, em quase quatro décadas de atividade parlamentar.

Os números é que são definitivos e preocupantes: admitindo-se a aprovação desse percentual de 22%, no ano 2000 — daqui a 7 anos, portanto — o consumo total de álcool no País ultrapassaria toda a capacidade de produção hoje instalada, ou seja, teríamos de produzir e financiar um outro

PROALCOOL, investimento que a sociedade não conseguiria suportar novamente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: sou, por formação política e convicção democrática, um privatista. Acredito que somente a ação do empresário pode gerar as riquezas e aproveitar o potencial hoje inerte pela estatização que dominou o País nas últimas décadas, mas também aqui procuro um equilíbrio saudável, reconhecendo a importância da existência de uma empresa pertencente a toda a nacionalidade, para produzir e equacionar tecnicamente a produção de combustíveis. E a PETROBRÁS, orgulho-me de afirmar, jamais me decepcionou!

Por isso, empresto a maior atenção às explicações e às informações que recebi de seus técnicos, sobre a questão do álcool aditivo à gasolina. Por isso, hoje, venho alertar Vossas Excelências, chamando sua preciosa atenção para o risco que todos correremos — principalmente as gerações futuras — se aprovarmos essa proporcionalidade, que jamais poderia ser imutável, como, na prática, será, se votarmos o texto oriundo da Câmara dos Deputados.

O desenvolvimento tecnológico e científico de nosso tempo é fantástico, trazendo novidades e conquistas importantes a cada dia. O Brasil, hoje, é líder universal em pesquisas e trabalhos de altíssima qualidade, como a prospecção e lavra de petróleo em grandes profundidades marítimas; sem ufanismos vazios, é com orgulho que vemos nações de primeiríssimo mundo colhendo na PETROBRÁS lições fundamentais para suas próprias atividades; e, agora mesmo, importantes experimentos estão sendo feitos, nos laboratórios da empresa nacional, para criar outras fórmulas capazes de melhorar a qualidade da gasolina; diversificar sua oferta tipificada, reduzir os índices de poluição gerada por ela. Tudo isso, entretanto, será em vão, se aprovarmos uma proporção pétrea e imutável, na mistura gasolina/álcool.

Concluo, Sr. Presidente, reafirmando minha preocupação com qualquer medida radical, por mais benfazeja que se proponha em sua formulação.

Todo radicalismo embute uma forte dosagem negativa, pois visa, exatamente, impedir mudanças e modernizações.

E o Brasil hoje, mais do que nunca, precisa estar aberto às mudanças e às modernizações que nos tirem do atraso e do estágio vexaminoso de subdesenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Sr. Presidente, declino da inscrição, uma vez que a cedi ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna, hoje, é altamente preocupante. Não sou médico, sou advogado, mas tenho sentido, através de

vários depoimentos e documentos que me têm chegado do meu Estado e de diversos pontos do País, que a situação da saúde no Brasil merece de nossa parte atenção muito especial.

O Presidente Itamar Franco tem reiterado, em vários pronunciamentos, a sua preocupação com o social. Disse mesmo, várias vezes, de forma enfática, que seu Governo voltará suas vistas, permanentemente, para os mais humildes, os mais carentes. Mas, na área da saúde, sem que isso represente uma crítica direta ao Ministério da Saúde, precisamos fazer algumas reflexões, e todas elas marcadas por uma expectativa de angústia.

Ontem, estive com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, juntamente com parlamentares preocupados com a questão da saúde no País, e S. Ex^a, que representa para todos os brasileiros uma esperança, teve oportunidade, perante parlamentares, de fazer abordagem sobre a situação do Erário. Não seria novidade dizer que as finanças estão mal. Mas, S. Ex^a deixou claro que vai mostrar, através de pronunciamento que fará à Nação, a sua irrisignação com a evasão fiscal.

É importante ressaltar que o Ministro Fernando Henrique Cardoso, quando Senador nesta Casa, foi o autor do requerimento que levou à instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar a evasão fiscal — esta Comissão, hoje, é brilhantemente presidida pelo Senador Roman Tito, que tem dado o melhor do seu entusiasmo em prol da CPI.

O País está diante de uma situação que precisa ser mostrada aos brasileiros. Enquanto um grupo reduzido está ganhando muito e pagando mal Erário, outros elementos que têm condições se comprazem, através de artifícios, de sonegação, a não dar os estímulos necessários ao Tesouro Nacional, para que esse órgão possa cumprir os seus programas, principalmente os programas sociais.

Busquei, no *Jornal de Brasília* do dia 31 de maio, uma entrevista — que faço questão de lê-la por inteiro, porque é o depoimento de um Parlamentar — o Deputado José Linhares — que tem tido uma atuação notável neste País, em favor das Santas Casas.

Os Srs. Senadores que aqui estão presentes sabem muito bem da importância da Santa Casa na mecânica de saúde do País. São instituições instaladas no Brasil desde 1541; e a Santa Casa de Vitória, fundada em 1551, é uma entidade que merece o mais alto respeito do povo do meu Estado, e, de resto, não tenho dúvida nenhuma de que qualquer Santa Casa, situada neste País, tem o apreço de toda comunidade, porque sempre faz filantropia que aumenta nossa admiração.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Pois não, Senador Mauro Benevides, ouço V. Ex^a com muita atenção.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Elcio Alvares, V. Ex^a menciona, a essa altura do seu discurso, uma entrevista concedida pelo padre José Linhares, Deputado Federal, sobre a situação das Santas Casas de Misericórdia no País. Posso dizer mesmo a V. Ex^a que uma semana antes da entrevista, o Padre José Linhares, representante do Ceará no Congresso Nacional e Presidente da Entidade que congrega as Santas Casas de Misericórdia do País, me fazia um relato verdadeiramente dramático dessas instituições e pediu, exatamente aos integrantes das lideranças políticas do Parlamento brasi-

leiro — V. Ex^a, liderando o PFL, juntamente com o Senador Marco Maciel, e eu, liderando, com outros companheiros do PMDB — que nos juntássemos para uma ação rigorosa que impedisse o fechamento dessas Santas Casas. Eu mesmo levei a S. Ex^a uma experiência de alguns anos atrás, quando exerci, como mordomo, um cargo na Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, a esse tempo presidida pelo extraordinário magistrado e Desembargador Feliciano Augusto de Athayde, pai do acadêmico Austregésilo de Athayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras. E ele, com a longevidade que privilegia os Athayde, talvez já em derredor dos 90 anos, dedicava praticamente todo o seu tempo àquela instituição verdadeiramente modelar, que, apesar de todas essas inadimplências do Governo, continua a cumprir, a duras penas, o seu papel de assistir a população carente do meu Estado, não apenas a cidade de Fortaleza, mas, também, os municípios adjacentes, que demandam, exatamente, aquele tradicional e veterano nosocômio. Então, no instante em que V. Ex^a se reporta a essas dificuldades vivenciadas pela área de saúde, sobretudo pelo pagamento aos hospitais, e, de forma particular, às Santas Casas de Misericórdia, desejo trazer a manifestação do meu apoio a esta conscientização que V. Ex^a se propõe a estimular e a incentivar, a fim de que o governo, afinal, se debruce sobre esta realidade, que é difícil, e promova o aporte de recursos, ou repasse de dotações indispensáveis ao funcionamento das Santas Casas. V. Ex^a tem, neste instante, a minha solidariedade e da minha bancada. Acredito que o Senado, neste instante, apóia seu pronunciamento, a fim de que consigamos do Governo o que vem sendo postulado insistentemente pelos dirigentes das Santas Casas de Misericórdia brasileiras.

O SR. ELCIO ALVARES — O seu aparte, Senador Mauro Benevides, é bem esclarecedor da posição que vamos sustentar em favor das Misericórdias e traz a valiosa experiência de V. Ex^a no Ceará. Gostaria, inclusive, de homenagear o seu Estado pela luta indormida do Deputado Padre José Linhares, que tem sido, em todos os momentos do nosso contato em favor das Santas Casas, um dedicado líder. Infelizmente, sinto que começa a lhe surgir um desânimo que não pode, tomar conta do seu modo de agir, do seu modo de proceder. Padre José Linhares, um grande batalhador, devido aos problemas decorrentes das obrigação que o Estado tem para com as Santas Casas, e que não as cumpre, mostra-se contido em seu entusiasmo.

Vou ler para os Srs. Senadores esta pequena entrevista, muito objetiva, que precisa ser debatida, para que as Santas Casas do Brasil não permaneçam no estado penúria em que se encontram, agora na iminência de um caos.

O Jornal de Brasília diz o seguinte:

“É desesperadora a situação das Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos em todo o País. Sem receber do INAMPS o pagamento dos serviços prestados desde março...”

Imagem só, desde março, com a inflação beirando os 30%, essas Santas Casas, que têm as mesmas obrigações trabalhistas de qualquer hospital comum, não terão condições de sobrevivência.

E prossegue a matéria:

“Essas entidades responsáveis pela oferta nacional de 62% dos leitos hospitalares não terão outra saída a não ser suspender o atendimento.”

Se, de fato, as Santas Casas do Brasil suspenderem o atendimento, o pobre, por falta de cuidados médicos, vai morrer na rua. Em Vitória, Capital do meu Estado, o hospital que realmente atende a toda a população, 24 horas por dia, é a Santa Casa de Misericórdia, que é presidida por um médico humanitário, Dr. Luiz Buaiz, homem que dedicou o exercício da sua profissão à pobreza, um provedor da mais alta honrabilidade, notável figura humana. No entanto, ele já começa a dar os primeiros sinais de cansaço e de desânimo.

O fechamento da Santa Casa de Vitória significará o colapso total da saúde no Estado e uma página negra na história da saúde do País, uma vez que a rede pública de hospitais já não está bem e que o acesso dos mais carentes à rede particular é muito difícil, para não dizer impossível.

O Padre José Linhares, nesta matéria publicada pelo *Jornal de Brasília*, não está fazendo nenhum drama, não está "carregando nas tintas"; simplesmente dá conhecimento de uma verdade que estamos sentido cada dia mais iminente: o fechamento de todas as Santas Casas do País, em virtude de o Governo não estar cumprindo os seus compromissos.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Ouço, com muita atenção, o Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Senador Elcio Alvares, ontem tive oportunidade de denunciar, através de apartes, a situação das Santas Casas de Misericórdias e das casas de saúde com caráter filantrópico. Nos últimos anos, temos observado — já me foi confirmado por um Governador — que a maior dificuldade administrativa que se tem é aquinhoar deputados estaduais e líderes com as famosas AIHs, proporcionando que se instalasse no Brasil a indústria da doença. Anteriormente, os interesses estavam voltados para a construção de obras, para as empreiteiras. Hoje, a disputa ocorre — repito — no âmbito da saúde. Os escândalos multiplicam-se, a imprensa noticia que há médicos que fazem inúmeras cirurgias por dia. Enquanto isso, não se dá prioridade às casas de caráter filantrópico, que, conforme determina a legislação, depois das instituições da rede oficial, deveriam ser atendidas. Não é o que ocorre: elas têm sido castigadas. Estamos vendo que a discussão fica no âmbito do Governo, com o Ministro Antônio Britto a declarar que não pode repassar o que constitucionalmente lhe é obrigatório, quais sejam os recursos dos fundos sociais para a saúde. Imaginei que isso decorresse da provável exoneração do Ministro da Saúde. Mas a verdade é que, a partir de março, nenhuma entidade recebeu pagamento pelos serviços prestados ao Governo. E mais: os funcionários das Santas Casas já estão ajuizando ações junto à Justiça para obter o seqüestro dos fundos do INAMPS, tendo em vista que nem os seus próprios salários estão sendo assegurados. Nesse sentido, está sendo programada uma grande passeata, no próximo domingo, aqui em Brasília, a fim de protestar contra tal situação. Veja V. Exª a que ponto chegou a saúde no Brasil. Enquanto o Ministro da Previdência e Assistência Social, Antônio Britto, diz que não há recursos para serem repassados àquelas instituições, em virtude do pagamento dos cento e quarenta e sete por cento aos aposentados, advirto que eles talvez não estejam vivos para receberem, já que não só a saúde está abandonada, como também os aposentados e as classes menos favorecidas do Brasil. É lamentável que as Santas Casas com tradição, como a de Vitória, a que V. Exª se refere, estejam prestes a fechar as suas portas, a ter o seu patrimônio dilapidado, sendo impedidas de prestar servi-

ços que as vêm dignificando desde séculos. Somo a minha voz de protesto ao apelo de V. Exª para que se deixe a demagogia, deixe as páginas dos jornais, que a cada dia promovem determinada figura do Governo com medidas que são promessas e que estão muito longe da realidade. Parabéns a V. Exª

O SR. ELCIO ALVARES — O aparte de V. Exª, Senador Magno Bacelar, sintetiza o meu pensamento. Na verdade, as Santas Casas não estão tendo o privilégio que lhes é devido, porque, como já havia dito, elas têm todas as responsabilidades inerentes a um hospital comum — público ou privado. Nos hospitais da rede oficial, as folhas de pagamento são pagas pelo Estado; os hospitais particulares contam com massa muito grande de pessoas que geram renda. As Santas Casas, que têm o exercício da filantropia, da benemerência, não estão tendo nenhum privilégio no recebimento dos serviços que prestam à comunidade.

Conforme o Padre José Linhares falou na entrevista do *Jornal de Brasília*, desde março não se recebe nada. Ora, sabemos que a inflação está beirando o patamar de 30%. Logicamente, o pagamento nos dias de hoje já seria inteiramente insignificante. E mais: se as Santas Casas não pagarem as contas telefônicas e de energia, terão cortados esses serviços. Os equipamentos hospitalares estão caríssimos e os preços dos remédios crescem de preço em espiral assustadora.

Faço esse registro com profunda indignação. Há outro detalhe: as entidades religiosas estavam permanentemente ligadas ao problema da saúde. Hoje, já estão rareando aqueles religiosos que participam do movimento em favor da saúde do povo.

Gostaria, também — fazendo acústica à entrevista do Padre José Linhares — que este discurso de hoje sensibilizasse o Presidente Itamar Franco, como já está ocorrendo com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, consoante percebi ontem, na reunião que tivemos com S. Exª O Ministro, na postura evidente de quem sabe que tem problemas sérios pela frente, teve oportunidade, num determinado momento, quando as vozes dos Parlamentares foram crescendo, numa indignação idêntica à minha, de prometer a todos que, num prazo máximo de dez dias, irá levar essa situação da rede hospitalar ao conhecimento do Presidente para solução imediata. Mais ainda, prometeu dispensar às Santas Casas de Misericórdia um tratamento privilegiado, o que não será nenhum favor, mas o reconhecimento de obra que considero de importância, principalmente quando o beneficiado é o doente carente que não tem qualquer perspectiva de ser atendido na rede hospitalar.

O Sr. César Dias — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Ouço, com muita alegria; o Senador César Dias, médico que conhece muito bem o problema no seu Estado de Roraima.

O Sr. César Dias — Nobre Senador Elcio Alvares, V. Exª traz ao plenário um assunto que realmente preocupa a todos nós políticos, principalmente os ligados à área de saúde. A Câmara dos Deputados está debatendo atualmente a descentralização da saúde através da implantação real do SUS, já preconizada pela Constituição de 88. Todavia, com esse trabalho de descentralização, querem, de maneira abrupta, acabar totalmente com o INAMPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social. Sempre fui contra extremismos. Para mim, extremismo é perversão. O que se

está fazendo com o INAMPS, hoje, significa desmerecer totalmente a sua experiência, o seu trabalho desses longos anos em que vem prestando assistência médica no País. E desse desencontro entre Ministro da Previdência Social e Ministro da Saúde, entre desativação do INAMPS e implantação de um novo sistema de saúde no País, estou prevendo situações piores do que as que V. Ex^a está relatando nesta manhã. Está havendo extremismo. Está se querendo, de maneira abrupta, ceifar totalmente a experiência do INAMPS; está se querendo implantar o Serviço Unificado de Saúde — SUS, criando-se conselhos municipais; mas estes estão presos a políticos, não têm condições de fiscalizar a Saúde no Estado. Haverá, sem sombra de dúvida, mais desvios ainda de recursos da Saúde. De forma que, quando esse projeto chegar ao Senado Federal, deveremos discuti-lo de maneira tranqüila, pois temos condições de fazê-lo — existem aqui vários médicos e juristas. Não podemos, de forma alguma, aceitar essa desativação abrupta, sem albergar, nesse novo projeto, a experiência do INAMPS. Disse V. Ex^a, na fase preambular do seu discurso, que o Ministro Fernando Henrique Cardoso está preocupado com a saúde e, especialmente, com a sonogação. Recentemente, a Fundação Getúlio Vargas publicou um documento, mencionando que 1.000 empresas brasileiras tiveram um lucro anual superior a 36%, e são empresas ligadas, principalmente, a oligopólios e a monopólios. Realmente, temos que coibir, de maneira vertical, o abuso dessas empresas, seus preços exorbitantes, que pressionam a inflação para cima; devemos fazer com que haja, de imediato, uma reforma fiscal e uma pressão sobre os sonogadores. O Ministro Fernando Henrique Cardoso parece estar pensando em bater no ponto fulcral desse problema, que é realmente a sonogação fiscal. Efetivamente, sem dinheiro na mão de quem está querendo fazer essas transformações, não se pode fazer saúde, porque, se fizermos transformações com dinheiro, ainda teremos problema; mas, se as fizermos sem dinheiro, as casas que fazem saúde com desprendimento e preocupação social, como as Casas de Misericórdia e outros hospitais beneficentes, estarão em dificuldades, e o pobre estará morrendo na rua, como V. Ex^a está vaticinando. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso desta manhã, nobre Senador.

O SR. ELCIO ALVARES — Senador César Dias, considero indispensável o seu aparte ao meu discurso, no momento em que tive oportunidade de verificar a sua presença no plenário: indispensável, porque, em todos os momentos da atividade parlamentar de V. Ex^a, há uma preocupação constante com a saúde do nosso povo, fazendo com que a sua trajetória de médico brilhante lá em Roraima encontre aqui o exercício de função pública voltada para esse setor. Recolho as palavras de V. Ex^a como magnífica contribuição ao discurso que estou proferindo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de registrar, integralmente, a declaração do Padre Linhares. É documento candente — pena que ficou em um canto de página do jornal — porque retrata, por inteiro, essa situação, que é altamente preocupante, em relação às Santas Casas.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Pois não, nobre Senador Ronaldo Aragão. Antes de fazer a leitura da entrevista do Padre Linhares e de um documento, que também considero importante, que acabei de receber, vindo do Espírito Santo, ouço, com satisfação, o aparte de V. Ex^a, médico também,

em Rondônia, e profundo entendedor dos problemas de saúde.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Elcio Alvares, V. Ex^a traz a esta Casa, hoje, um assunto da mais grave importância para este País, que é o problema da saúde, em especial, o descaso que está ocorrendo com as Santas Casas de Misericórdia no Brasil inteiro. Quando eu era estudante de Medicina, na cidade de Recife, e freqüentei, como estagiário, a Santa Casa de Misericórdia, ela já caminhava com tremendas dificuldades de aporte de recursos para a sua administração. Sei da importância fundamental da Santa Casa no atendimento da população carente em todo o Brasil. Conheço de perto — porque, em certa ocasião, também fui médico daquela Santa Casa — a penúria franciscana e a coragem dos seus dirigentes em persistirem na manutenção das Santas Casas. Na Assembléia Nacional Constituinte, no capítulo referente à questão social, pretendeu-se dar um tratamento privilegiado a essas instituições de saúde filantrópicas, destinando-lhes exclusivamente os recursos públicos. Os teóricos da saúde insistiam que, para garantir o atendimento do carente no Brasil, seria necessário carrear todos os recursos públicos para as Santas Casas e hospitais públicos. Contestamos essa idéia, conhecíamos o mecanismo pelo qual os recursos eram repassados para essas instituições; o valor liberado não era o mesmo que elas efetivamente recebiam. Sem falar nas Santas Casas, porque estas são um caso à parte, sempre houve restrições quanto ao custo de determinados hospitais públicos. Assim, procuramos diferenciar os recursos para as Santas Casas, destinando a elas um valor bem maior do que às chamadas AIH. Isso provocou uma batalha tremenda durante a Constituinte, porque havia aqueles que queriam ser mais realistas do que o rei e clamavam que estava havendo discriminação entre as Santas Casas e os hospitais públicos. Mas fizemos questão que os recursos destinados às Santas Casas fossem imediatamente repassados, pois era uma questão de sobrevivência para elas, que, desde essa época, já estavam numa situação muito difícil. Mas o que vemos, durante todo esse tempo, é que, ao invés de melhorar, a situação piorou. E lhe digo por quê, nobre Senador Elcio Alvares: não se faz política de saúde com conversa; só se faz política de saúde repassando os recursos de que a área necessita para o atendimento aos carentes. Se o Governo quiser cumprir o princípio constitucional de que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, ele deve repassar recursos, porque nem Santa Casa, nem hospital público funciona só com conversa. Podemos comparar hospitais a hotéis. A diária de um hotel de uma estrela custa, hoje, aproximadamente 600 mil cruzeiros, incluindo apenas o café da manhã. A diária de uma AIH custa, no máximo, 200 mil cruzeiros, incluindo assistência médica — medicamentos, oxigênio e enfermeira. Assim, nunca haverá um sistema de saúde razoável neste País. E aí começam a aparecer as chamadas maracutaías na Saúde; mas por uma questão de sobrevivência, porque, senão, hospitais públicos, hospitais de iniciativa privada e as Santas Casas que adotam a filosofia da integridade acabam fechando mesmo. Não há saída: ou se faz um reestudo para a concessão de uma AIH condigna para o funcionamento tanto das Santas Casas como dos hospitais públicos e privados, ou vão continuar as manchetes que estamos vendo nos jornais de grande circulação. É preciso que as autoridades entendam isso. Como disse o Senador César Dias, de Roraima, com a extinção do INAMPS, o sistema de saúde vai virar uma balbúrdia. Não há para quem

apelar. Ninguém sabe quem cuida da saúde, ninguém sabe quem cuida dos hospitais, ninguém sabe quem é que cuida de coisa nenhuma. Foi extinto, pela Câmara dos Deputados, o INAMPS. O que ficou? Quem responde pelo sistema de saúde? A quem se dirigir? As Santas Casas estão se dirigindo a quem? O Ministério da Previdência, por meio de fax, diz que o recurso é dele. O Ministério da Saúde diz que o Ministério da Previdência tem que repassar recursos. E a Saúde no Brasil fica como o marisco, que vive entre o mar e o rochedo. É preciso fazer urgentemente uma reforma no atendimento à saúde pública, não construindo-se novos e grandes hospitais, mas dando-se aos já existentes condições de funcionamento através do repasse de recursos. É verdade que determinadas regiões do Brasil precisam de hospitais. Recordo-me de que, uma vez, na Alemanha, visitei um hospital. A construção era de madeira, mas havia todas as condições de higiene necessárias e praticava-se medicina especializada com atendimento desde neonatológico até geriátrico. No Brasil, constroem-se elefantes brancos, mas esquece-se da função primeira de um hospital, que é a assistência ao povo, que a ela tem direito constitucionalmente. Nobre Senador Elcio Alvares, sou daqueles que defendem, como defendi na Constituinte, que não se faz política de saúde com "oba-oba": faz-se política de saúde com recursos. Peço que V. Exª me perdoe por este aparte longo.

O SR. ELCIO ALVARES — Nobre Senador Ronaldo Aragão, o seu aparte é longo, mas é esclarecedor do tema. E ficarei honrado caso V. Exª prossiga, porque o seu aparte é o verdadeiro depoimento de médico que conhece a situação da saúde no País.

O Sr. Ronaldo Aragão — Agradeço a boa vontade de V. Exª para com este humilde médico. Darei um depoimento sobre a situação da malária na Região Amazônica. A solução para esse problema depende de uma decisão política, que até hoje não houve. Os recursos que se gastam para a erradicação da malária ou o abrandamento da sua ação são de um valor incalculável; mas não se drenam os córregos, não se aplicam os borrifos com a frequência necessária, porque não há pessoal. Aproveito este ensejo para fazer aqui a minha homenagem àqueles que, com a máquina borrifadora nas costas, saem a pé, de casa em casa, enfrentando as intempéries da Região Amazônica. Refiro-me aos funcionários da antiga SUCAM, que, mesmo ganhando um salário miserável, estão lá, dando a sua contribuição para a erradicação da malária. Ainda hoje, temos doenças tropicais que já não existem mais em muitas regiões do mundo. Podemos citar como exemplo a Região Amazônica, onde tem persistido enfermidades como a leishmaniose e tantas outras. Então, a solução do problema da saúde, no Brasil, tem que ser uma decisão de caráter político. Não se trata apenas de construir hospitais. Não acredito, Senador Elcio Alvares, que, com o valor da IH — Internação Hospitalar —, hospital algum, neste País, vá sobreviver. Visto isso, que se estabeleça um valor condigno da IH, que se cobre e fiscalize o emprego desses recursos. Criou-se o SUS e tantas outras siglas para formar um conselho representativo da sociedade. E o que estamos vendo? Apenas manipulações políticas de prefeitos, de governadores, empregando, nesses conselhos, pessoas de sua intimidade, de seu convívio político. Conseqüentemente, as ações de saúde não passam do papel, pois as IH são distribuídas aos seus apadrinhados com a finalidade de "fazer política", utilizando-se desse recurso, sem o digno atendimento. Daí por que não há dinheiro para os hospitais

filantrópicos — hospitais que levam a sério o atendimento. V. Exª cita o exemplo das Santas Casas de Misericórdia, que precisariam ter um tratamento diferenciado no serviço de saúde. Fui residente nessas Casas, conheci, já naquela época, as dificuldades que tinham seus dirigentes quanto a recursos. Hoje, o quadro, em vez de melhorar, piorou, mesmo depois da Constituinte. Quero parabenizar V. Exª e pedir desculpa pelo longo aparte.

O SR. ELCIO ALVARES — O aparte de V. Exª, bastante longo, foi proveitoso dentro da temática do meu discurso, porque seu depoimento, Senador Ronaldo Aragão, é o depoimento vivido, sofrido, de homem que conhece os meandros da saúde. Penso que a crítica e o apelo de V. Exª devem ser considerados pela autoridade do setor, o Ministro da Saúde e, acima de tudo, pelo Presidente da República. Se a proposta do Presidente é com o social, ele não pode, de forma alguma, no momento em que vozes se levantam para dizer que a saúde está entrando num caos, não pode ficar indiferente a esse apelo.

Conforme falei, o depoimento do Deputado José Linhares, que tem tradição de vida em favor das Santas Casas de Misericórdia, é página que precisa ser inserida nos Anais do Senado, precisa ficar gravado, porque a palavra de S. Exª soa, às vezes, como advertência patriótica, pela crítica aguda e sincera que faz ao mecanismo de saúde do país.

Prossigo, para inserir nos Anais do Senado as declarações do Deputado José Linhares.

"O temor do parlamentar é que, com a paralisação, milhões de pessoas ficarão sem atendimento médico, levando o setor de saúde a um colapso, com desdobramentos imprevisíveis. José Linhares garante que as Santas Casas e os hospitais filantrópicos, que foram implantados no Brasil em 1543, nunca viveram uma crise desse porte.

Para se ter uma idéia da extensão da crise, as entidades não dispõem de recursos sequer para saldar a folha de pagamento de maio. Se até o dia seis de junho o dinheiro do INAMPS não sair, a paralisação será inevitável, por pura inanição do setor, pois os nossos funcionários já ameaçam fazer uma greve geral, explicou o Superintendente da Confederação, José Luiz Spingolon. As Santas Casas e hospitais filantrópicos empregam, hoje, 400 mil pessoas em todo o País e seu atendimento está voltado para os pacientes carentes.

A folha de maio dessas instituições é de quatro trilhões de cruzeiros. Como a dívida do INAMPS para com elas vem de março, as Santas Casas e hospitais filantrópicos foram obrigadas a captar recursos, através de empréstimos junto à rede bancária, para honrar as folhas de pagamento dos meses de março e de abril, complicando a situação, pois acumularam enormes dívidas.

O Deputado José Linhares faz uma projeção bastante sombria da situação da saúde no País, principalmente a relacionada com as Santas Casas e os hospitais filantrópicos. E não é para menos, ressalta. Na última quarta-feira, com outros Deputados que integram a Comissão de Seguridade Social da Câmara, José Linhares reuniu-se com o Ministro da Previdência Social, Antônio Britto, e ouviram uma triste notícia para a saúde. Britto reafirmou a incapacidade da Previdência,

de continuar transferindo para o Ministério da Saúde a parcela de 14,4% referente à arrecadação junto a empregados e empregadores. É a tragédia, lamentou o Deputado Linhares. Ele salientou que o Ministério da Saúde não tem receitas próprias, dependendo dos repasses e arrecadação da Fazenda (Finsocial, concursos de prognósticos, lucro de pessoa jurídica e recursos ordinários) e da Previdência (arrecadação junto a empregados e empregadores).

O Superintendente da Confederação das Misericórdias, José Luiz Spigolon, tem uma explicação para essa situação: Pura falta de sensibilidade do Governo Federal para com o setor da saúde. Lembrou que a sua entidade bateu às portas de todas as autoridades federais que têm a ver com a saúde, sem conseguir resolver o problema. Sequer uma audiência com o Presidente Itamar Franco, para discutirmos o quadro das Santas Casas e hospitais filantrópicos, o Gabinete do Planalto conseguiu agendar, denunciou Spigolon."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, assunto de tamanha gravidade, e o Gabinete da Previdência não teve sensibilidade de agendar uma audiência, contrariando, inclusive, orientação do Presidente Itamar Franco, que reitera, publicamente, o seu empenho na solução do social.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Ouço, com respeito, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Esta parte de recurso que o Ministério da Previdência deve transferir ao Ministério da Saúde não decorre de obrigação legal?

O SR. ELCIO ALVARES — Exatamente. É um absurdo que já me preocupa porque verifico que os cofres da Previdência também estão zerados —, negar o percentual previsto na Constituição. Portanto, o Governo está descumprindo norma constitucional.

O Sr. Josaphat Marinho — O próprio Governo descumpre a lei.

O SR. ELCIO ALVARES — Não posso deixar de ler documento que me chega do Espírito Santo, assinado pelo Superintendente da Santa Casa da Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, um dos maiores municípios do meu Estado, que recebe praticamente o afluxo de todos os doentes do sul do Espírito Santo.

Diz o Dr. Vicente Paulo de Miranda:

"Prezado amigo, comunicamos a V. Ex^a que até a presente data ainda não recebemos o faturamento do mês de março de 1993, que será pago, segundo noticiou a imprensa, sem qualquer correção de valores. O mês de abril de 1993 também está vencido, e ninguém no Espírito Santo sabe dar qualquer informação de quando haverá o pagamento.

Estamos em situação aflitiva e desesperadora, resolvendo todos os problemas médico-hospitalares do sul do Estado, sofrendo ainda a discriminação por parte do Governo do Estado, do BANESTES e do BANDES, e não conseguimos sequer uma audiência com o Sr. Secretário da Saúde."

Nota-se que no Espírito Santo a situação é idêntica à do resto do País. As autoridades da área de saúde não querem conversar sobre esse assunto. Esse assunto dói, esse assunto

queima, porque é o povo que está morrendo, sem qualquer tipo de assistência médica.

Não é possível que Secretário de Estado, encarregado da saúde, Ministro da Saúde e o próprio Presidente Itamar Franco, a quem dirijo, neste momento, comovente apelo, possam ficar indiferentes a isso, porque as Santas Casas de todo o País estão fechando, e a consequência do caos será a morte dos carentes, sem qualquer tipo de assistência médica.

E prossegue o Dr. Vicente Paulo de Miranda, Superintendente da Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim:

"Estamos pleiteando, junto à Caixa Econômica Federal, um empréstimo no valor de 6 bilhões de cruzeiros, com recursos do PIS, para o qual pedimos sua ajuda junto ao Dr. Danilo de Castro, Presidente da Caixa Econômica Federal.

Estamos pleiteando, ainda, junto aos Ministros Jutahy Magalhães e Jamil Haddad, algum recurso a fundo perdido, e precisamos de apoio para essas reivindicações."

Vejam o absurdo: as Santas Casas, desde maio, não recebem aquilo que era o valor devido e que, como disse bem o Senador Ronaldo Aragão, não representa a realidade do atendimento, pois sofre uma defasagem de inflação de cerca de 30% ao mês.

Agora, o pior. Para que o idealismo não se perca neste Brasil de tantas desesperanças, as Santas Casas vão ao Banco, vão à Caixa, requerer empréstimos, pagando juros sobre juros. Então, a inflação não é mais de 30%, a inflação é de 60% sobre os hospitais. Ninguém, por mais ideal que tenha, principalmente na área da saúde, pode continuar trabalhando dessa maneira, enfrentando problemas que, infelizmente, não encontram, nas autoridades encarregadas do setor, a sensibilidade para resolvê-los.

Sr. Presidente, caríssimos Colegas, dessa maneira, acaba o ideal. Disse muito bem V. Ex^a, Senador Ronaldo Aragão: não há ideal que resista à indiferença, pois ela é a pior resposta que alguém pode ter, principalmente num caso como esse.

Neste instante, em que dou acústica à fala sofrida, à fala angustiante do Deputado José Linhares, que é o Presidente da Confederação das Santas Casas, quero, de público, render homenagem necessária, porque é do meu dever. Erijo, na pessoa do médico Luiz Buaiz, que é o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, a imagem e o exemplo de todos aqueles que se dedicam a esse abnegado mister de provedorias de Santas Casas.

Emblema a imagem de Luiz Buaiz pela sua tradição de vida médica. Um homem que, no exercício da medicina, doou tudo em favor dos mais carentes. O seu consultório, de porta aberta, jamais recusou consulta aos pobres. Hoje, investido da responsabilidade de Provedor da Santa Casa de Misericórdia, onde vem atuando com a maior proficiência possível, Luís me confessa que está vivendo à base de tranquilizantes e sente que toda a sua vida profissional, que foi pautada pelo ideal, já não tem mais motivação, porque a Santa Casa de Misericórdia não consegue ver os seus apelos ouvidos e sentidos pelas autoridades.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES — Concedo o aparte ao nobre Senador Magno Bacelar, com muita alegria.

O Sr. Magno Bacelar — Não é um aparte, porque sei que o tempo está esgotado, é apenas para que não fique nos Anais: V. Exª, ainda há pouco, quando fez o apelo ao Presidente, falou que as Santas Casas não recebem desde maio. Vamos corrigir para março. Elas não recebem desde março, e há uma defasagem de três meses, isto é, noventa por cento, no mínimo, do valor faturado. Elas estão sem receber desde março, nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES — Recebo, com valia, a retificação do nobre Senador Magno Bacelar, porque, exatamente, estou verificando neste expediente que recebi de Cachoeiro do Itapemirim, do Dr. Vicente Paulo de Miranda, que é o Superintendente, que a Santa Casa não recebeu o faturamento do mês de março de 1993. Então, fica a retificação, o que torna o quadro mais angustiante ainda: março, abril, maio e junho. É possível isso?

Como falamos há pouco, e o Senador Ronaldo Aragão foi tão preciso na observação, não há ideal que resista no momento em que a indiferença sobrepassa a tudo.

Então, concluindo, Sr. Presidente e eminentes Colegas, rendo a Luiz Buaiz a minha homenagem e endereço, neste momento, o meu apelo ao Governador Albuíno Azeredo, que sabe muito bem que a saúde no Espírito Santo não está respondendo aos anseios da coletividade. A Secretaria da Saúde, desde o primeiro momento do Governo Albuíno Azeredo, vem pecando por falhas que são criticadas permanentemente, seja na Assembléia Legislativa, seja através das colunas de jornal, merecendo, portanto, mudar de postura.

Acredito no propósito das intenções do Governador Albuíno Azeredo, e, por isso mesmo, dirijo a S. Exª um apelo vigoroso: Não deixe, de forma nenhuma, que a Santa Casa de Misericórdia de Vitória e a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim fechem as suas portas, porque seria no Estado do Espírito Santo o colapso da saúde.

Ao Presidente Itamar Franco, da tribuna do Senado, quero manifestar a minha confiança nas suas palavras. O Presidente Itamar Franco tem que mandar parar todas as obras do Brasil, deve dar uma ordem para que não se gaste mais um centavo em coisa nenhuma neste País, e deve imediatamente determinar que as verbas devidas às Santas Casas hospitalares e às entidades filantrópicas sejam pagas rigorosamente, de acordo com o que determina a lei.

O Presidente Itamar Franco não pode ficar com a responsabilidade que vai lhe pesar sobre os ombros de ver no seu Governo o fechamento das Santas Casas de Misericórdia no País, entidades que vêm desde os primeiros momentos do nascimento do Brasil.

O Presidente Itamar Franco, neste instante, ao lado do Sr. Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso — que ontem me comoveu num depoimento aberto, franco e leal —, tem que ter o instrumental necessário para que não se percam as esperanças e as Santas Casas possam realizar, Brasil afora, esta grande obra de benemerência.

Este discurso objetivou, acima de tudo, convocar a atenção das Casas Legislativas de nosso País para o grave problema e o momento dramático que vivem as Santas Casas e as entidades filantrópicas. Que a nossa voz chegue até o Presidente da República para que Sua Excelência imediatamente, sem perder um minuto sequer, tome as providências necessárias, juntamente com o Ministro Fernando Henrique Cardoso — já que o INAMPS acabou e, como bem falaram o Senador Ronaldo Aragão e o Senador César Dias, não se sabe mais

a quem se dirigir neste País para resolver a situação dos hospitais.

Assim, o Presidente Itamar Franco, cuja preocupação reiterada e permanente com o social é por todos conhecida, está convidado, neste momento, para dar resposta positiva à sociedade brasileira e determinar que as sociedades filantrópicas e as Santas Casas tenham prioridade no recebimento dos serviços já prestados e que, desde o mês de março, próximo passado, não foram pagos, como disse muito bem o Senador Magno Bacelar.

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES — Já estava encerrando, mas é imprescindível, no meu discurso, o aparte de V. Exª Por isso, ouço V. Exª com muita atenção.

O Sr. Jonas Pinheiro. — Senador, apenas para não deixar de fazer um registro breve de reconhecimento por esta grande luta que V. Exª vem travando, e que não é de hoje. Acompanhamos V. Exª, de há muito, e sabemos da constante preocupação que tem com as Santas Casas de Misericórdia de todo o País e, em particular, com as do Espírito Santo. É realmente um quadro lamentável o que vivemos, de desânimo, de desesperança. Temos todos que unir as nossas vozes no sentido de fazer com que se encontrem recursos para resolver esse grave problema. Não é possível que não haja dinheiro para a saúde neste País. O Ministro Fernando Henrique Cardoso fez um discurso melancólico, de preocupação com a escassez de recursos, mas S. Exª há de dar um jeito, tem que tirar dinheiro de onde tiver, mas não vai deixar permanecer esse estado de penúria, em que estão mergulhadas as Santas Casas de Misericórdia. De modo que me solidarizo com o discurso de V. Exª, que traz, nesta oportunidade, essa preocupação imensa, que não é de agora, como disse, é uma constante nos pronunciamentos de V. Exª De modo, nobre Senador, que V. Exª haverá de contar com o apoio integral da Casa, nesta bandeira de luta e de reivindicação justa em favor justamente dos mais pobres, dos mais necessitados, dos mais carentes, que compõem realmente a grande clientela das Santas Casas de Misericórdia, com bem diz o nome. Receba, portanto, os nossos parabéns e a nossa solidariedade, que lhe trazerem nesta ocasião.

O SR. ELCIO ALVARES — Acredito que o Presidente Itamar Franco vai tomar conhecimento deste pronunciamento e, quando verificar a justeza dos apartes, como o do Senador Jonas Pinheiro agora, Sua Excelência vai compreender que o que traduzo nesta tribuna é uma angústia coletiva. Representamos os Estados brasileiros, e se tivéssemos a grande capacidade de ouvir todos os Estados em conjunto, agora, ouviríamos uma voz uníssona, clamando em favor das Santas Casas e das entidades filantrópicas.

Encerro o meu discurso em um momento de tantas dívidas, reafirmando aqui a minha confiança na atitude do Presidente Itamar Franco, sempre preocupado com os problemas sociais, para que Sua Excelência determine, com a urgência que o caso requer, o pronto atendimento às Santas Casas de Misericórdia, para que a saúde do País, tão combatida, não ingresse no caos anunciado pelo Padre José Linhares, abnegado defensor das instituições pias.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aluizio Bezerra _ Antonio Mariz _ Beni V. ras _ César Dias _ Cid Saboia de Carvalho _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro

Eduardo Suplicy _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Humberto Lucena _ Irapuan Costa Júnior _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ Júlio Campos _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Lourival Baptista _ Luiz Alberto Oliveira _ Mauro Benevides _ Ney Maranhão _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 38 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1993
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 1993, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de dezenove bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos, para financiamento do Projeto Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão.

A matéria teve a sua discussão encerrada. A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Item 2:

REQUERIMENTO Nº 515, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 515, de 1993, do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, in fine, combinado com os arts. 71 e 74, "a", e 78 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial, composta de 9 membros titulares e 5 suplentes, para, no prazo de 90 dias, estudar a problemática vinculada ao Programa Calha Norte.

A discussão da matéria foi encerrada. A votação do requerimento deixa de ser realizada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Depois de ouvirmos o brilhante discurso do Senador Elcio Alvares, trazendo ao conhecimento desta Casa e da Nação a angústia das Santas Casas de Misericórdia do Brasil e, principalmente, do seu Estado, podemos dar um testemunho da

necessidade urgente que tem esta Nação de tomar providência com relação à saúde pública.

Mas hoje, Sr. Presidente, quero me reportar a uma matéria do **Jornal de Brasília**, do dia 3 de junho de 1993, tendo como título "Diagnóstico da Amazônia prevê futuro sombrio".

Não é novidade alguma que a Amazônia tenha 11% da população brasileira e ocupe 60% do Território Nacional, sendo que há atualmente um esvaziamento da zona rural, quase que numa progressão geométrica. A nosso ver, isso ocorre por falta de planejamento e de programa que atenda àquela região.

Ouvimos constantemente a Amazônia cantada, em prosa e verso, como celeiro da biodiversidade, como solução dos problemas desta Nação e até do mundo; mas esta reportagem chama a atenção desse esvaziamento que está ocorrendo em 60% naquela região. Não há um projeto, um programa para que a Amazônia se integre definitivamente no processo de desenvolvimento nacional. Por exemplo: há falta de energia, de projeto para a fixação do homem, de um programa de implantação de indústrias, etc.

A Amazônia, a cada dia que passa, se distancia cada vez mais do desenvolvimento nacional.

Sr. Presidente, leio o seguinte artigo:

"Cidades cada vez mais inchadas e sem infra-estrutura, tráfico de drogas, prostituição e garimpo nas áreas de fronteira, concentração fundiária e total ausência de ações do Governo Federal. Essas informações fazem parte do mais amplo diagnóstico ambiental da Amazônia Legal já feito no País, que será entregue no final do mês à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para servir de base ao primeiro zoneamento econômico e ecológico da região."

Isso é uma condição sine qua non para que se tenha conhecimento da realidade da Região Amazônica. Por inúmeras vezes, nesta Casa, afirmei que os programas para a Amazônia são feitos sem o devido conhecimento de sua realidade. Eles são feitos nos escritórios de Brasília e do Rio de Janeiro por aqueles que conhecem a Amazônia através de livros e de reportagens.

Continuo, Sr. Presidente e Srs. Senadores:

"A Amazônia Legal, que inclui os Estados do Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão e mais seis estados, já tem hoje 55% dos seus 16,5 milhões de habitantes morando em cidades. Com cinco milhões de quilômetros quadrados (60% do território nacional e apenas 11% da sua população), a Amazônia precisa de uma macroestratégia para segurar a população nas regiões mais instáveis, como Maranhão e Tocantins, estudos para uso alternativo do solo e avaliação dos grandes projetos agrominerais, explicou a geógrafa Adma Hamam, gerente do projeto do IBGE.

Serão entregues 46 produtos à SAE (mapas e estudos), resultado de dois anos de trabalho de campo, cruzados com dados do censo de 1991 do Inbra e secretarias de saúde, entre outros, explicou Adma. Com a presença cada vez mais rara do Estado, cresce a população marginal, principalmente nas áreas de fronteira. "A União tem tarefas que são intransferíveis", destaca o trabalho.

A concentração de terras é muito grande na Amazônia Legal: No Mato Grosso, 0,10% dos produtores detêm mais de 47% das terras. No Maranhão, a pressão fundiária gera conflitos armados devido a posse de terra por grandes proprietários. Outro ponto que vai ser destacado para a SAE diz respeito à fragilidade dos solos e a necessidade da revisão dos critérios agropecuários para evitar desastres ambientais maiores.

A predominância da pecuária sobre as atividades agrícolas mostra o avanço do desmatamento na Amazônia. Havia, segundo dados de 1985, 43 milhões de hectares de pastagens contra cinco milhões de hectares de lavoura temporária e 900 mil hectares de lavoura permanente.

Embora o fluxo migratório para as fronteiras agrícolas tenha diminuído, 51% da população está hoje nas cidades: devido à falta de condições para continuar no interior, cada vez mais gente é expulsa para as áreas urbanas.

O zoneamento econômico-ecológico da Amazônia Legal vai ser feito pelos estados e municípios sob a supervisão da SAE e apoio do IBGE, disse Adma. "Existem várias amazônias e não se pode fazer um trabalho desses de Brasília, sem estar perto dos problemas de cada localidade, disse."

Disse muito bem essa pesquisadora que não se pode fazer esse trabalho de Brasília, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, sem conhecer a Amazônia.

Na ECO 92, tratou-se de problemas do meio ambiente: criou-se instrumentos, fundos, para auxiliar a exploração racional, adequada das riquezas minerais, vegetais, da biodiversidade. Todavia, tudo isso hoje continua dormindo no papel. Enquanto se discute a divisão desses recursos entre países ricos e pobres, a Amazônia continua necessitando de recursos para seu desenvolvimento.

Agora, no meu Estado de Rondônia, aprovou-se o Planaflo, um programa associado ao BIRD, que fará o zoneamento agroecológico do Estado. Mas, Srs. Senadores, já começa a entrar a chamada politicagem, o favorecimento. É preciso que o Governo Federal e o Governo do Estado, que têm contrapartida nesse projeto, fiscalizem para que os recursos destinados ao desenvolvimento do Estado de Rondônia, através de um programa que tem duração de cinco anos, sejam realmente aplicados no seu desenvolvimento. Com isso, o Estado de Rondônia, que está inserido na Amazônia Legal, poderá sair da situação de penúria em que se encontra.

Não há um projeto para o desenvolvimento do Estado nem no sentido energético, nem no sentido social, nem no sentido político e nem existe respeito ao meio ambiente. O Estado de Rondônia, que está inserido também nesse diagnóstico, espera que esses recursos do Planaflo sejam realmente destinados ao desenvolvimento do Estado, para dar melhor condição de vida a sua população. Esperamos que o emprego dos recursos oriundos do Banco Mundial, do Governo Federal e do Governo Estadual sejam direcionados para produzir riqueza e desenvolvimento no Estado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o diagnóstico, as opiniões, os seminários, os congressos, as palestras feitas no Brasil e no mundo sobre a região amazônica continuam só como palestras, continuam só como programas, não indo além dos gabinetes, dos papéis e das intenções.

Tive a oportunidade de, no Parlamento Latino-Americano, em 1989, na cidade da Costa Rica, fazer uma exposição

sobre a problemática da Amazônia, com o intuito de chamar a atenção dos organismos internacionais e dos Parlamentares de todo o mundo, a respeito da necessidade urgente de sairmos da retórica para a prática, da conversa para a objetividade, do papel para a execução.

Quando se falava que a Amazônia estava sendo destruída, imediatamente aparecia aquela história do chamado buraco de ozônio. Sabemos que os responsáveis pela destruição do meio ambiente são os países do Primeiro Mundo. A região amazônica não tem quase nenhuma influência, porque o oxigênio produzido é consumido, à noite, pela própria mata. Isso é uma "cascata" — dizia eu, naquele Congresso Parlamentar.

É preciso que se tenha recursos para que se explore racionalmente as riquezas da Amazônia, para que ela possa contribuir para a melhoria da condição de vida no Planeta Terra. Mas, para isso, é preciso que aqueles que acusam o Brasil contribuam com a sua parte, empregando recursos para esse desenvolvimento.

Tivemos uma comissão, nesta Casa, que teve como Relator o Senador Jarbas Passarinho, onde se fazia acusações de destruição da Amazônia. E foi provado que o desmatamento da Amazônia estava na ordem de 13%, no máximo! Mas não se falava nos 87% preservados; e se dizia que, desses 13%, o Estado que mais agredia a natureza era Rondônia. Foi provado também que, desses 13% para o desenvolvimento do Estado, só havia sido desmatado 7%. Não se dizia da preservação dos 87%. Fez-se um escândalo a nível internacional; diziam que o planeta iria explodir, quando a verdade era bem outra! Mas é necessário que se adote uma política para a Amazônia.

E quero aqui repetir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a Amazônia não precisa de esmola. A Amazônia precisa de ajuda para o seu desenvolvimento, para se integrar ao desenvolvimento sócio-econômico deste País. E o exemplo do que estou dizendo, é que no Estado de Rondônia temos uma única hidrelétrica — e, aqui, quero ser repetitivo, quero vir a esta tribuna todos os dias para repetir: o Estado de Rondônia só tem uma hidrelétrica, cujas obras já deveriam ter sido concluídas há cinco anos. Já estamos com 12 anos e ainda não o foi. Faltam ser instaladas cinco turbinas e, quando terminarem essas instalações, ainda necessitará de um sistema de transmissão.

Sr. Presidente, desejo trazer, desta tribuna, o meu testemunho sobre o empenho do Governo Itamar Franco na conclusão da Usina de Samuel; o empenho de iniciar, ainda no seu Governo, a construção do sistema de transmissão que vai da Usina de Samuel à cidade de Ji-Paraná, e que poderá ser ampliada até à cidade de Presidente Médici.

Não entendemos como qualquer Estado possa se desenvolver sem energia elétrica, que é a alavanca principal do desenvolvimento. E o meu Estado de Rondônia necessita dessa alavanca; o meu Estado apela para a sensibilidade dos homens responsáveis pela Eletrobrás, pelo Ministério de Minas e Energia para que se inicie a construção desse sistema de transmissão, que já foi assinado numa carta de intenção. Existem recursos orçamentários, desde 1989, tanto para a conclusão da Usina de Samuel como para o início da construção do sistema de transmissão.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, no meu Estado há mais de 40 municípios atendidos pelo sistema de termoelétricas, cujos motores têm mais de 30 anos, e não mais existem peças de reposição. Esse é o clamor das grandes cidades de Rondônia, como Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-Paraná, Presi-

dente Médiçi, Cacoal, Rolim de Moura, e tantos outros que carecem de uma solução, não para hoje, mas para ontem!

As Centrais Elétricas do Estado de Rondônia não têm a mínima condição de solucionar esses problemas. As Centrais Elétricas de Rondônia têm um débito de mais de 120 milhões de dólares.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, dentro desse diagnóstico da Amazônia Legal, reporto-me com mais ênfase ao meu Estado, onde a situação da população que, acreditando na proposta contida no slogan "vamos integrar para não entregar", deslocou-se de todos os pontos do País para ali se fixarem, à espera de assentamentos rurais e do cumprimento de promessas de ajuda direta aos programas de desenvolvimento daquela região e do Estado.

Hoje, o Estado não tem condições de pagar salário digno e merecido aos seus funcionários, conta com administração que deixa muito a desejar e com um Governo que não tem um norte, um programa. Nem por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a população deixou de ter esperança em melhores dias.

A conclusão da Usina de Samuel, sem nenhum exagero, está para a sobrevida do Estado como o oxigênio está para as pessoas. Urge que se conclua essa obra, até porque — segundo já ouvi — a obra cara é a que não é terminada.

A imprensa leva ao conhecimento da sociedade, a cada dia, que o diagnóstico da situação da nossa região é o mais desesperançoso e cruel. Sessenta por cento do Território Nacional encontra-se quase sem perspectiva, embora possua riquezas minerais, vegetais, biodiversidade. Nesses locais de fronteira, prolifera o tráfico de drogas, a prostituição, porque não há integração dessa gente ao desenvolvimento do País. Não há estradas, a assistência médica é precária, a assistência social deixa muito a desejar e o mercado de trabalho é exíguo, quase inexistente.

Existe luta muito grande — com anteparos maiores — pela saída para o Pacífico. Seria a viabilização da região, através do Acre, chegando à região de Porto Ilo, no Peru, onde se poderia incentivar a agroindústria, a agricultura, a exploração racional e equilibrada dos produtos minerais.

Atualmente, a exploração da cassiterita no meu Estado tem ocasionado danos ao solo, e o Governo não tem recebido contrapartida nos impostos. O que nos cabe — isso sim — é malária, a doença, a agressão à natureza. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o grande exportador da cassiterita é a Bolívia. O Estado de Rondônia — repito — recebe em troca a miséria, a penúria, a doença. Falta política definida em relação à exploração mineral, havendo apenas os "alvarás de gavetas". A Constituição ampara as cooperativas, mas os artigos relacionados com o tema carecem de regulamentação. Esse é, portanto, o triste, o sombrio, o negro diagnóstico da Amazônia, diagnóstico tão retratado pela imprensa nacional.

Deixo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqui o meu alerta no sentido de que o Governo dê aos Estados da Amazônia tratamento adequado, sob pena dessa região nunca se integrar ao desenvolvimento do País.

A Amazônia, mais especificamente o meu Estado, Rondônia, não necessita de esmola; quer a compreensão que lhe é devida para poder integrar-se diretamente ao processo de desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concendo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, intimamente vinculada aos destinos da capital da República, a cidade-satélite de Taguatinga completa, nesse sábado, 35 anos. Apraz-me, hoje, reconhecer-lhe o honroso e importante papel histórico que a fez generoso abrigo de um sem número de imigrantes pioneiros, artífices de uma das mais modernas capitais do mundo.

Em 1958, quando a construção de Brasília empolgava a todos, formava-se um povoado de aproximadamente 1.000 pessoas, exatamente no ponto onde existe a ligação Taguatinga-Núcleo Bandeirante. Assim, começou a ser traçada a mais pujante cidade-satélite do Distrito Federal, de início chamada Vila Sarah Kubitscheck, às margens do córrego Taguatinga, onde foram distribuídos os primeiros lotes.

Distante 25km do Plano Piloto, perfazendo uma área de 121km, apenas dois anos após a distribuição daqueles primeiros lotes, Taguatinga já somava 26 mil habitantes. Esse ritmo acelerado de crescimento demográfico só foi controlado e estancado na década de 80, sendo que nos últimos 10 anos a população taguatinguense, projetada para 30 mil habitantes, elevou-se de 197 mil para mais de 400 mil habitantes. Hoje, o antigo acampamento transformou-se em uma cidade de arranha-céus.

Taguatinga, considerada uma das maiores cidades do País, tanto em população quanto em crescimento econômico, já em 1991 respondia por quase 40% da receita do Distrito Federal, graças à atividade de um comércio de 3.500 lojas e de mais de 400 indústrias. Taguatinga é a cidade-satélite que mais arrecada ICMS e uma das maiores arrecadadoras de IPTU. Do ponto de vista de urbanização é uma cidade privilegiada, pois conta com ampla rede de água e de esgotos, com eficiente iluminação pública e com 90% do perímetro urbano asfaltado. Dispõe, também, de um comércio ricamente diversificado e do mais amplo parque industrial do Distrito Federal.

Administrador que fui, durante quase cinco anos, dessa cidade de características tão marcantes quanto peculiares, sou testemunha do seu progresso e modernidade, consolidados por uma população de forte espírito comunitário. A representatividade da sociedade taguatinguense, em todos os segmentos que lhe dizem respeito, faz-se sempre presente, mediando e possibilitando soluções para pendências que não chegariam a contento sem sua atuante participação.

Hoje, elevado à condição de representante do povo brasileiro no Congresso Nacional, reporto-me sempre à salutar experiência adquirida durante o tempo em que exerci o cargo de administrador de Taguatinga. Posso afirmar, com particular orgulho, que aquela cidade-dormitório, formada nos idos de 1958, transformou-se em vigoroso pólo econômico e cultural, merecendo sempre referência especial quando se trata de desenvolvimento pertinente à região Centro-Oeste. Sediando várias empresas de projeção nacional, Taguatinga gera seus próprios recursos, através de trabalho exemplar, com total independência do Plano Piloto.

Evidentemente, como toda cidade de seu porte, Taguatinga enfrenta dificuldades em razão de seu acelerado crescimento populacional. São necessidades naturais que o progresso impõe. Infra-estrutura e urbanização passam a requerer adequação, consoante o aumento da demanda dos variados setores. O escoamento do trânsito, por exemplo, começa a sentir dificuldades devido ao tráfego intenso de veículos, principalmente no centro da cidade. Em boa hora, a construção

do Metrô de superfície de Brasília virá atender à solução desse problema. A indústria e o comércio já se ressentem da falta de áreas para sua expansão, o que implica redimensionamento da sua estruturação para compatibilizá-la a suas novas necessidades. Contudo, a administração local, bem como o Governador Joaquim Roriz, já estão sintonizados com essa premência, ambos preocupados com a ampliação do setor industrial e comercial.

O meio rural tem-se revelado outra grande força econômica de Taguatinga. A produção de tomate, cenoura, soja, leite, aves e mel, praticamente garante o abastecimento da região.

O setor educacional está muito bem provido. A rede pública atende em torno de 65 mil alunos de 1º e 2º graus, contra 46 mil das escolas particulares. Os estudantes de nível superior também estão bem servidos. Além da Faculdade Católica, que funciona na cidade há mais de dois anos, brevemente a cidade-satélite de Taguatinga contará também com a instalação da Universidade Regional. Sinto-me imensamente feliz em ver criada por Lei a Universidade Regional do Distrito Federal, cujo projeto, de minha autoria, defendi desde os meus tempos de Deputado Federal. E, neste ato, quero fazer justiça ao Deputado Distrital José Edmar, que também lutou e apresentou projeto por aquele ideal na Câmara Legislativa, transformando-o em realidade. Sediada na cidade-satélite de Taguatinga, a nova Universidade visa a atender aos objetivos do estudante trabalhador, que terá a possibilidade de frequentar cursos noturnos, que não lhe são viabilizados, em sua maioria, pela UnB.

Finalizando, portanto, não poderia deixar de parabenizar os taguatinguenses pelos fecundos 35 anos de fundação de sua cidade. Parabéns, Taguatinga, pelo exemplo, pela liderança e pela modernidade que a faz líder no Distrito Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, pelo a palavra, como Líder, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Exª, nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Como Líder. Para uma breve comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como um dos leitores assíduos do conceituado jornal *Folha de S. Paulo*, tomei conhecimento da reportagem sobre a seca do Nordeste, publicada no dia 2 do corrente, na série "Brasil Viável", onde são exibidos exemplos de projetos bem sucedidos que, utilizando irrigação, estão gerando riqueza. Como diz o competente Jornalista Gilberto Dimenstein, "o sertão virou, ali, oásis, exportando alimentos e não mendigos travestidos de migrantes".

Tenho defendido desta tribuna uma decisão política que resolva, em definitivo, a situação de miséria do Nordeste, através da irrigação.

Tenho mostrado que o Nordeste é viável; que uma grande quantidade de suas terras são potencialmente melhores do que as do semi-árido da Califórnia, um dos maiores celeiros do mundo.

Dando como lida a brilhante reportagem, aproveito a idéia do jornalista daquele conceituado jornal, *Folha de S. Paulo*, e apresentarei projeto de lei tornando o estudo da irrigação parte obrigatória do currículo de todas as escolas do Nordeste brasileiro.

Para concluir, gostaria de lembrar que o IPMF deverá ser aprovado na Câmara dos Deputados na próxima semana e virá ao Senado para a nossa apreciação.

Já tenho emenda pronta que destina 30% de sua arrecadação para ser empregada exclusivamente na irrigação do Nordeste, resolvendo, definitivamente, as agruras de nossa gente. Para tanto, conto com o apoio de todo o Senado Federal para esta causa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

FOLHA DE S PAULO

Brasil

Quinta Fez., 2 de junho de 1993 1.9

Sertão exporta uvas para a Europa

O SERTÃO MANDA FRUTAS PARA A EUROPA

Em toneladas

	1992	1993
Manga		
Produção total	11.000	15.000
Exportação	9.000	15.000
Merchê nacional	2.000	10.000
Uva		
Produção total	40.000	52.000
Exportação	5.000	8.000
Merchê nacional	35.000	44.000
Outras (abacaxi, goiaba, melão, morango e laranja)		
Produção total	40.000	40.000
Exportação	4.000	6.000
Merchê nacional	36.000	34.000

Fonte: Associação de Produtores de Frutas do Sertão

cenas típicas de 4º Mundo, vai produzir este ano 52 mil toneladas de uvas. Pelo menos 8.000 toneladas desta safra têm como destino os portos da França, Holanda e Inglaterra.

Num trecho do mapa de apenas 120 mil hectares, entre os Estados de Pernambuco e Bahia (área conhecida como submédio São Francisco) os agricultores enfiem os resultados da irrigação. No ano passado, este sertão viável foi responsável por US\$ 30 milhões do total de US\$ 120 milhões colhidos pelo Brasil com exportação de frutas.

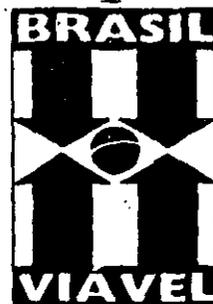
Entre pequenos, médios e grandes, a área irrigada abriga cerca de 3.500 produtores. A iniciativa privada é responsável por 60% de todo o espaço de terra irrigada no Vale do São Francisco. O governo federal, que já abandonou vários projetos de irrigação na área, beneficia os outros 40% da área.

É possível encontrar aqui regiões cujas que até pareciam estérimas.

...é no meio da pobreza nordestina, nas pequenas vinhas, cercadas de porreiras por todos os lados. Na Fazenda Milano, no município de Santa Maria da Boa Vista (a 690 km de Recife), parte da produção é transformada no vinho Boticelli.

"É difícil encontrar outro lugar no mundo em condições mais adequadas para a produção de uvas", diz Paulo Ricardo Santos Dutra, um dos agrônomos da fazenda. A tradição técnica de empolgação: o sol do Nordeste provoca uma luminosidade fundamental para a saúde das frutas durante todo o ano, o que não é possível em outros países durante alguns meses do ano.

O economista Alvaro Galvão, assessor da Valesport (agência exportadora montada pelos produtores), está cheio de optimismos em relação aos números de produção e exportação deste ano. "Depois de descobrir a Europa, começamos a vender bem para os EUA."



Irrigação feita com água do São Francisco transforma aridez nordestina em pomar fértil e pólo exportador

XICO BÁ

Estado especial no Vale do São Francisco

O Sertão do Nordeste, o mesmo que exporta imagem de miséria e

Em meio à seca, empresa fatura US\$ 45 mi

PAULO MOTA

Da Agência Folha, em Fortaleza

A Maisa — uma empresa agrícola sediada em Mossoró (300 km ao norte de Natal) — está conseguindo provar que a região Nordeste pode ser produtiva, apesar da seca. Utilizando um sistema de irrigação a partir de 13 poços cavados a profundidades de até 700 metros, a empresa produz anualmente 53 mil toneladas de melão. A produção é considerada, segundo o diretor de exportações da empresa, Marcelo Gadelha, a maior do país.

Situada numa das regiões mais secas do Nordeste, a Maisa é "um oásis no deserto". Com um faturamento anual de US\$ 45 milhões, a empresa é responsável por 4.000 empregos diretos e indiretos, numa região marcada pela miséria.

Ocupando uma área de 25 mil hectares, a Maisa é uma fazenda que funciona como uma pequena cidade típica da região Sudeste. Na vila construída para os funcionários, residem cerca de 5.000 pessoas. São 600 casas com água encanada, luz elétrica e rede de

Projeto faz "reforma agrária liberal"

Da Agência Folha, em Fortaleza

A Maisa conseguiu um empréstimo de US\$ 10 milhões com bancos holandeses para implantar um projeto semelhante ao de Mossoró em Jaguaruana (CE). De acordo com o projeto, metade da área de 5.000 hectares será dividida em lotes de 8 a 12 hectares, que serão cultivados por pequenos proprietários.

O projeto vai usar água do rio

Jaguaribe para a irrigação por meio de uma adutora. A primeira colheita de melão está prevista para 1994.

Para o presidente da Maisa, Geraldo Rola, a experiência pode ser definida "como um caso de reforma agrária em estilo capitalista liberal". O governo do Ceará entra com US\$ 16 milhões em obras de infra-estrutura e o Banco do Nordeste (BNB) financia cerca de US\$ 14 milhões aos pequenos proprietários. (PM)

esgoto. A vila tem ainda hospital, escola de 1º grau, creche e duas antenas parabólicas.

Na área produtiva, a empresa dispõe de um sistema de comunicação para acompanhamento das variações climáticas, 500 km de estradas internas e 5.500 kw de capacidade elétrica.

Única saída

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo participado, ontem, de mais uma reunião da Comissão Nacional das Frentes Produtivas de Trabalho como representante do Senado, quero encaminhar à Mesa o pronunciamento que fiz na ocasião, para que conste dos Anais da nossa Casa, já que se trata de um estudo que diz respeito ao problema da seca, principalmente no que toca à questão do crédito.

Estou encaminhando à Mesa este trabalho e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, informo que, na reunião de ontem, foi novamente abordado o problema do agravamento da situação da estiagem e a necessidade que se tem de, pelo menos, proporcionar um salário mais digno ao trabalhador das frentes produtivas, que está recebendo, neste momento, apenas 850 mil cruzeiros, quando deveria, pelo menos, estar recebendo a metade do salário mínimo atual.

Quero também frisar que há necessidade de ampliação até mesmo das vagas oferecidas, para que os trabalhadores possam ter uma alternativa de emprego naquela região.

Esses pontos foram abordados na reunião de ontem da Comissão, que foi presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados e a que compareceram os Governadores e os Deputados que fazem parte da Comissão da Seca da Câmara dos Deputados.

Quando surgiram essas questões, falou-se em cortes nos gastos do Governo. É evidente que cortes são necessários, mas que não atinjam, numa hora dessas, o programa de assistência às vítimas da estiagem no Nordeste.

A Maisa instalou-se em Mossoró, em 1970, para a produção extensiva de caju. Com a grande seca ocorrida entre 1979 e 1983, a empresa quase entrou em falência. "Descobrimos que a única saída para nossa sobrevivência seria a diversificação da produção e que o melão era a melhor alternativa", afirma Gadelha.

Após pesquisar tecnologia em

regiões semi-áridas de Israel e Califórnia (EUA), a empresa descobriu que os solos de Mossoró poderiam obter uma produtividade superior às das áreas pesquisadas. "O nosso único mérito foi adaptar as formas de irrigação desenvolvidas naqueles países à realidade de Mossoró", diz.

Tecnologia

Segundo ele, o sistema de irrigação tem como base o gotejamento da água através de pequenos furos em canos de PVC. A água é bombeada a partir de dez reservatórios. Os canos ficam no chão, perto das raízes das plantas, para manter a terra sempre molhada. "É um processo simples, que poderia ser adotado em larga escala no combate à seca."

Ele afirma que, este ano, mesmo tendo chovido apenas 20% da média de 600 milímetros anuais, a empresa deverá manter os quatro plantios previstos. "Estamos tão otimistas que investimos US\$ 8 milhões em tecnologia, inclusive com a construção de três novos poços, que duplicarão nossa capacidade de produção em 94%", diz.

Esse apelo foi feito por todos os Parlamentares, por todos os Governadores e por todos os membros da Comissão na manhã de ontem, durante a citada reunião.

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, para que conste dos Anais, esse trabalho, que fala, sobretudo, da insensibilidade das instituições oficiais de crédito, que, numa hora como essa, estão executando dívidas dos agricultores e cobrando correção monetária e juros superiores ao rendimento da caderneta de poupança. É o que acontece com o Programa Cacimbão, do Banco do Brasil, que concede crédito para aquisição de ração e para a formação de recursos hídricos no Nordeste.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GARIBALDI ALVES FILHO EM SEU DISCURSO:

COMISSÃO NACIONAL DO PROGRAMA FRENTES PRODUTIVAS DE TRABALHO

Pronunciamento do Senador Garibaldi Alves Filho

Brasília — DF, Junho de 1993

Índice

I — A questão da dívida dos produtores rurais junto ao Banco do Brasil

II — Questões básicas do FNE

III — Apreciações finais

I — A questão da dívida dos produtores rurais junto ao Banco do Brasil.

A gravidade dessa questão, com repercussão negativa na produção rural, dispensa uma avaliação sobre a validade das políticas adotadas pelo Governo Federal: a que suspendeu

os subsídios à agricultura e a outra que elevou a taxa de juros.

O que importa, neste momento, é a constatação da existência dessa dívida e a impossibilidade de sua amortização nas condições atuais de custo financeiro e de seca radical.

Vejam, em primeiro lugar, o custo financeiro praticado pelo Banco do Brasil para diversas operações de custeio e investimento agrícola e pecuário.

1 — **Custeio Pecuário** — até julho de 1991, o Banco do Brasil oferecia aos pecuaristas do Nordeste, incluindo os do semi-árido, com o prazo de um ano, custeio pecuário ao custo de 24% de juros ao ano, com atualização monetária pela TR.

Para o mini e pequeno produtor a taxa de juros caía para 9% ao ano, mantendo-se o mesmo índice de correção monetária.

Em agosto do mesmo ano o Governo Federal, no âmbito do Ministério da Ação Social, com a participação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, criou o programa de apoio às populações atingidas pela seca, que foi operacionalizado pelo Banco do Brasil.

Esse programa, popularizado com o nome de projeto "Cacimbão", continha duas linhas básicas — custeio pecuário e formação de infra-estrutura hídrica a nível da propriedade.

O subsídio para o projeto "Cacimbão" foi determinado da seguinte forma:

— sobre 30% do valor do financiamento incidir apenas 9% de juros ao ano; e

— 70% corrigidos pela TR mais 9% de juros anuais.

Esse programa trazia graves distorções com relação aos prazos de amortização: para o custeio pecuário, durante a seca, aplicava-se a regra de ano normal em termos de chuva, ou seja, um ano para amortizar integralmente o valor financiado. Para recursos hídricos, dois anos de carência e três anos para a amortização. Os técnicos do Banco do Brasil que regulamentaram o programa adotaram a premissa de que um açude, poço ou cisterna, construídos no período seco, se paga nos cinco anos seguintes.

Cumpram ressaltar que, sendo seco o ano de 1993, formando o ciclo seco de quatro anos, o Banco do Brasil voltou, como era de se esperar, a realizar essas operações só que em condições menos atrativas, pois foi eliminado o subsídio existente sobre o terço do valor contratado e em seu lugar está sendo aplicado 11,85% de juros ao ano mais o índice que corrige o rendimento da Caderneta de Poupança, além de elevar de 9% para 11,85% o custo dos dois terços restantes do financiamento.

Chamo a atenção desta Comissão para o novo custo financeiro imposto pelo Banco do Brasil para quem cavou cacimbão no sertão seco: 11,85% de juros ao ano, acrescidos do índice que remunera a Caderneta de Poupança, significando um custo equivalente ao dobro, isto é, a duas vezes o rendimento da própria poupança.

O Banco do Brasil informa que os recursos que custeariam esse programa deveriam vir de outras fontes, tais como: SDR, Ação Social e Tesouro Nacional e não vieram.

Em face da inadimplência dos parceiros o Banco achou por bem mudar as regras do contrato, jogando sobre os ombros dos produtores encargos que não eram seus, transformando o beneficiário no responsável pelos desacertos do Governo Federal.

Essa prática é imprópria para um banco cuja história deve ser preservada, evitando-se inscrever nas suas páginas

atuais, procedimentos que ferem direitos humanos e suprimem regras de natureza ética inerentes a qualquer contrato.

Sobre esse assunto entreguei ao seu Presidente, Dr. Alcir Calliari, uma cédula rural como documento de prova incontestável.

2 — **Crédito para a atividade sucro-alcooleira** — Em 1991, o Banco do Brasil prorrogou por dez anos as dívidas dos plantadores de cana-de-açúcar ao custo de 12,5% de juros mais IGPM. Essa prorrogação veio no bojo do programa que pretendia revigorar a atividade sucro-alcooleira. Indiferente a esse propósito, o Banco do Brasil acrescentou ao estoque da dívida em negociação 30% que, em parte, seria reduzida com a sua liquidação pontual durante os 10 anos.

Como condição prévia portanto, para renegociar o seu débito, o plantador de cana submeteu-se a ter o seu saldo devedor acrescido em 30% e sobre essa multa pagar 12,5% de juros mais a variação do IGPM.

Um estudo feito pela Associação dos Plantadores de Cana do Rio Grande do Norte demonstra que nas condições de 12,5% mais IGPM, e mais 30% de multa, quem devia em janeiro de 1991, um milhão de cruzeiros, em março de 1993, o seu débito havia crescido em relação ao dólar paralelo 56,43%, e em tonelada de cana, 49,84%.

No período de janeiro de 1991 a março de 1993, 27 meses portanto, verificou-se que a TR cresceu 13.310,15% e o débito do produtor de cana em 22.645,37%.

Esse mesmo programa procurou estimular a renovação de canaviais improdutivos. A condição oferecida foi de 19,8% de juros mais a variação do IGPM.

Nessas condições, quem tomou essa linha de crédito para renovação em janeiro de 1991, a quantia de um milhão de cruzeiros, que equivalia a 553,0t de cana; em março de 1993, 27 meses após, somente pagaria esse contrato com 876,45t, ou seja, um crescimento real de 58,49% em tonelada de cana.

Quando tomei conhecimento desses números a primeira dificuldade que encontrei foi a de compreender e aceitar como real algo tão absurdo, e fiquei a imaginar se a finalidade do programa não era a de realizar o Proálcool.

Esse cenário apresenta maior gravidade quando se sabe que a mão que eleva a esse patamar o custo do dinheiro é a mesma que determina o preço da tonelada de cana, corrigindo-a sempre abaixo da inflação.

Essa planilha a que me referi está à disposição desta Comissão.

II — Questões Básicas do FNE

O Banco do Nordeste, através do seu Departamento Rural, elaborou uma simulação de um financiamento com apenas 8% de juros mais TR e a sua equivalência em feijão, milho, arroz, leite, algodão e boi gordo.

Em janeiro de 1991, quem tomasse um milhão de cruzeiros (8% + TR), compraria 8.850 kg de feijão. Quatorze meses depois a sua liquidação requereria 19.788 kg de feijão, ou seja, 10.938 kg de feijão a mais.

Há simulação com rebates no custo financeiro de 10%, 20%, 30% e 40%. Verifica-se que somente a partir do nível de 30% é que o produtor escapa da desapropriação que os bancos oficiais promovem sobre a produção financiada.

Apesar do significado econômico desses estudos, até janeiro de 1991, o BNB financiou projetos no semi-árido ao custo de 8% de juros mais TR, quer dizer, o BNB estava consciente de que as atividades de sequeiro agrícola e pecuário, não suportavam um custo financeiro de 2% maior do que o índice que remunera a Caderneta de Poupança.

A doutrina que estava por trás dessa política de custo financeiro alto era aquela que toma como referência o preço do dinheiro no mercado, livre da especulação, quando para o crédito pessoal de curto prazo, as taxas de juros chegaram ao patamar de 40% ao mês.

Esses juros elevados, como se sabe, não são impulsivados a esses níveis, pela procura de crédito formada pelos agentes econômicos que fazem a produção, mas por outros fatores que compõem o complexo fenômeno da inflação nacional.

A atividade produtiva, além de não contribuir para a elevação dos juros, ao praticá-los como tomadora, inviabiliza o seu resultado econômico.

A Folha de S. Paulo divulgou recentemente que o Presidente do Banco do Brasil havia encaminhado ao Senhor Presidente da República, um documento que, ao defender a redução das elevadas taxas de juros informava que 55% dos clientes do Banco encontram-se em situação pré-falimentar, por essa razão.

Aquela época, o BNB firmava-se no argumento de que esse era o dinheiro mais barato do país, quando Governos Estaduais e produtores questionavam se um crédito de fomento, como é o do FNE, não devia estar, necessariamente, referido à produção incipiente do semi-árido e as suas possibilidades de pagamento.

Por um longo período o BNB geriu o FNE como teria gerido qualquer instituição financeira que se preocupasse em manter inteiros, preservados da inflação, os recursos que lhe foram confiados.

A verdade de que a contrapartida do crédito de fomento é a construção de uma base produtiva sólida nunca esteve firmemente assentada na cultura do Banco.

Essas reflexões não são oferecidas a essa Comissão por alguém que faz da crítica um exercício irresponsável.

Vejamos a conclusão a que posso chegar no decorrer dessa linha de pensamento: o BNB não incorporou à sua cultura a realidade incontestável de que ele, o Banco, tem o seu berço no trópico seco e a sua missão é a de atuar em cima do fenômeno das secas.

Perplexo com o quarto ano seco, aos 40 anos de idade, o BNB não dispunha no seu arsenal programático, de qualquer medida que resultasse da sua convivência com o tipo de região em que atua.

O conjunto de medidas que compõem o Crédito Especial de Emergência só agora está chegando aos primeiros beneficiários, quando o processo de liquidação do rebanho, patrimônio e forma de vida dos sertanejos chega ao seu ponto final.

Todos sabem que a região que compreende o polígono das secas não é única no planeta. A Austrália tem o seu semi-árido e as suas secas. Transcrevo trechos de um programa do governo daqueles país, chamado subsídio para a ração.

"Produtores primários são elegíveis para receber o subsídio de alimentação, desde que eles adquiram forragem, grãos, feno e rações para alimentar o rebanho afetado pela seca."

"O cálculo do subsídio tem por base o valor nutritivo do trigo e alcança a 50% desse valor. O limite do valor do subsídio por ovelha e por mês é de US\$ 8 cents de dólar. O subsídio pode alternativamente ser dado sobre empréstimos contraídos com a mesma finalidade, na rede bancária.

Se fraudes forem constatadas a penalidade é de 4 anos de prisão."

O meu propósito, trazendo esse exemplo, é o de mostrar que o subsídio via crédito rural é largamente praticado mesmo em um país em que o seu semi-árido apresenta uma atividade pastoril das mais desenvolvidas em todo o mundo.

Esse subsídio é concedido, justificadamente, a uma elite de criadores, como são os australianos, quanto mais se torna justo, se oferecidas a paupérrimos criadores do semi-árido.

O crédito de custeio pecuário lançado pelo BNB traz 10% de rebate para o grande produtor, 20% para o médio e 30% para pequeno com o acréscimo mais de 10% se estiver associado a uma cooperativa, portanto, nominalmente abaixo do subsídio similar aplicado na Austrália. Esse rebate é dado sobre 8% mais TR plena. No caso do chamado grande produtor, alguém que possua, por exemplo, 1000 vacas, é aproximadamente de 2% apenas abaixo da TR plena.

Grande e médio produtor no semi-árido não podem ser equiparados às mesmas categorias existentes nas regiões prósperas do país. Um criador de 1000 matrizes nas regiões de pecuária desenvolvida é um pequeno produtor.

Outra distorção encontra-se no prazo de um ano para amortização integral desse empréstimo. Esse prazo é adequado como regra para o capital de giro do ano normal para uma fazenda, nunca para a salvação de um rebanho, ou parte dele, em um ciclo seco. Quando o BNB arbitrou essa regra deve ter feito no pressuposto de que uma grande seca não altera, de nenhuma forma, para o ano seguinte, a renda do produtor, não lhe traz prejuízos e mantém inalterada a sua capacidade de pagamento.

O Programa de Crédito Especial para a Emergência, contém dois segmentos referentes à seca: construção de infra-estrutura hídrica e formação de reserva alimentar estratégica.

Nesse Programa, o BNB demonstra uma compreensão dos fatores que são críticos no semi-árido, no entanto, para o médio e grande produtor, oferece um prazo de carência, que pela sua insuficiência estraga o programa.

É do meu conhecimento que o BNB financiou em 1990, a construção de açudes e barreiras na região do Cariri, na Paraíba. Essa região apresenta índices pluviométricos daquele ano aos dias de hoje, que caracterizam seca radical. Nesse ano, o índice pluviométrico indica zero absoluto de chuva.

A carência concedida foi de dois anos e o custo financeiro foi de TR mais 8%. A situação hoje é a seguinte: os açudes não tomaram água, a dívida, pelo seu custo, é impagável, e os empréstimos vencidos.

Reconheço as dificuldades que oferece o semi-árido para a formulação adequada de uma política de crédito rural, no entanto, cumpre colocar que o BNB, pela sua missão e experiência, não pode atuar inadequadamente às regras da seca.

Existem no BNB dois programas que merecem destaque: o Programa que apóia as cooperativas e associações e o Programa que prioriza inovações tecnológicas, o Prointec.

Tenho conhecimento de que o BNB tem financiado as cooperativas e exercido rigorosa fiscalização sobre elas de modo a preservar uma ação que merece apoio.

Esses programas são os que indicam uma aproximação do BNB com a realidade sobre a qual tem o dever de promover mudanças reais, perceptíveis pela elevação da produção e da sua sobrevivência ativa no ciclo seco, além da melhoria da qualidade de vida dos produtores e trabalhadores.

III — Apreciações finais

Os episódios que envolvem o Banco do Brasil relativos a mudança das regras contratuais dos Projetos Cacimão, são

inaceitáveis. O produtor não deve arcar com o ônus que caberia às instituições do Governo Federal. De outro lado, colocar-se como data de pagamento o ano seguinte ao seco, significa oferecer uma condição que o produtor não poderá cumprir. Nesse sentido sugiro que essa obrigação tenha o seu vencimento fixado para dezembro de 1995 e restabelecidas as bases contratuais originais.

Parece igualmente necessário adequar-se os prazos de carência e amortização dos contratos, no âmbito do Projeto Cacimbão, que visaram a construção de obras hídricas, de dois anos para quatro de carência e de três anos para oito, a sua amortização.

A questão da dívida dos plantadores de cana do Nordeste, hoje irresgatável, traz de certa forma a impressão de que o Banco do Brasil articulou uma estratégia que visou a destruição dessa classe, pois, se essa não é a intenção oculta, como explicar que em 27 meses a TR tenha crescido 13.310,15%, e a dívida desses produtores tenha alcançado um patamar de 22.645 37%.

Cabe perguntar se o plantio de cana-de-açúcar oferece, com os seus preços defasados em relação a inflação, excedente líquido que permita amortizar as obrigações contratuais. Se o bom senso indica que as condições impostas são inexequíveis sob qualquer ângulo, que fazer?

Sugiro à Comissão que o Banco do Brasil, no prazo de 45 dias, ouvindo o Ministério da Fazenda e produtores apresente uma solução adequada.

Em face da importância dessa questão para a economia dos Estados do Nordeste, considero pertinente que o Senhor Presidente da República fique inteirado desses problemas que alcançam milhares de produtores e trabalhadores rurais.

Por fim, comunico ao Banco do Nordeste que o Deputado Federal Aluizio Alves apresentou à Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei constando de uma proposta de desenvolvimento rural para o setor primário da região via pesquisa, crédito rural e assistência técnica. Essa proposta foi elaborada por produtores rurais dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte com o apoio do Governo desse último Estado.

Essa proposta incorpora contribuições do Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido e resulta do seu trabalho de dez anos de pesquisa sobre a exploração econômica das terras secas.

O BNB através do Derur tem conhecimento completo do texto e dos conteúdos desse Projeto de Lei através de repetidas reuniões com seus autores.

Dada a sua adequação às questões do semi-árido, a oportunidade que a seca oferece, ao lado da discussão que o FNE será submetido por ocasião da reforma constitucional, sugiro que o BNB, no prazo de 45 dias, apresente a essa comissão, um estudo que indique quais os mecanismos que o Projeto de Lei contém e que venham a ser incorporados ao FNE.

Os autores das propostas estão a disposição do BNB, como sempre estiveram, quando foram convocados para avaliações e esclarecimentos.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Departamento de Desenvolvimento - DERUR

VALOR DO EMPRÉSTIMO: 1.000.000
CORREÇÃO MONETÁRIA: T.R. Mensal
TAXA DE JUROS: 8,00% a.a.
TAXA DE REBATE: 0,00%

TR	RES	JURO	CORREÇÃO MONETÁRIA	BALCO REVERSO	FEV/91	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/92	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
					PREÇO: 80,00% (R\$)																	
				1.000.000	113	0.830	36	27.770	39	35.641	47	31.277	42	23.810	3.377	296						
7,00%	FEV	6,64%	70.000	1.076.667	126	0.345	42	29.633	49	21.973	54	19.930	44	23.406	4.160	230						
8,50%	MAR	7,17%	91.817	1.175.361	126	9.320	47	28.000	50	21.370	42	18.957	40	19.309	4.743	248						
8,73%	ABR	7,83%	104.960	1.280.137	149	0.648	47	27.408	54	23.853	46	19.310	73	17.175	9.264	243						
8,77%	MAI	8,30%	119.805	1.412.330	183	7.719	40	29.420	51	27.697	71	19.893	80	16.032	3.433	259						
9,40%	JUN	9,41%	132.700	1.534.746	182	0.343	46	33.799	51	30.403	81	19.194	102	13.243	6.032	230						
10,05%	JUL	10,36%	136.732	1.721.363	181	9.310	44	39.122	51	33.732	91	18.916	116	14.839	6.412	260						
11,93%	AUG	11,47%	209.703	1.930.342	149	11.820	49	43.079	52	37.200	112	17.308	137	12.347	8.182	237						
10,70%	SET	12,92%	323.207	2.276.753	163	13.940	50	43.535	54	42.162	133	16.863	174	13.003	9.336	244						
19,77%	OUT	13,17%	490.114	2.742.043	200	13.710	40	46.324	74	37.033	140	16.322	183	14.904	12.017	220						
30,37%	NOV	18,20%	636.872	3.397.190	230	13.114	67	41.347	93	37.863	202	17.800	192	18.733	14.491	243						
26,42%	DEZ	23,90%	1.023.326	4.643.363	264	17.909	107	43.397	124	37.448	248	18.724	219	21.203	16.637	235						
23,48%	JAN/92	30,93%	1.183.164	5.857.624	310	18.420	120	48.014	130	43.039	310	18.936	230	21.635	23.220	232						
23,61%	FEV	39,08%	1.300.137	7.396.812	450	16.437	180	41.093	209	33.391	375	19.720	310	23.861	29.000	250						
24,27%	MAR	40,31%	1.793.266	9.241.330	613	18.614	270	34.237	269	34.334	402	22.980	424	21.796	31.337	293						
21,08%	ABR	61,40%	1.048.072	11.251.012	564	15.949	305	36.809	303	37.132	455	24.727	523	21.534	33.871	314						
19,81%	MAI	75,00%	2.228.823	13.354.044	605	19.700	320	41.326	313	43.031	570	23.780	603	22.479	44.293	300						

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Departamento de Desenvolvimento - DEPRJ

VALOR DO EMPRÉSTIMO: 1.000.000
CORREÇÃO MONETÁRIA: T.R. mensal
TAXA DE JUROS: 9,00% a.a
TAXA DE REBATE: 10,00%

TE	MES	JUROS	CORREÇÃO MONETÁRIA	SALDO DEVEDOR	FEIJÃO		MILHO		ARROZ		LEITE		ALGODÃO		BOI GORDO	
					PREÇO: 80.BV. (Kg)	PREÇO: 80.BV. (Sq)	PREÇO: 80.BV. (Kg)	PREÇO: 80.BV. (Sq)	PREÇO: 80.BV. (Kg)							
	JAN/91			1.000.000	113	0.850	36	27.778	39	29.641	47	21.237	42	23.810	3.377	276
7,000	FEV	6,000	63,900	1.069.000	126	0.804	42	25.452	49	21.816	54	19.790	46	23.239	4.160	256
8,500	MAR	6,454	81,779	1.157.193	126	0.184	47	24.621	59	21.040	62	18.664	60	19.287	4.743	244
8,931	ABR	6,943	93,994	1.257.139	149	0.437	47	26.768	54	23.280	64	19.048	75	16.762	5.264	239
8,993	MAI	7,343	101,715	1.366.377	183	7.467	48	28.467	51	26.792	71	18.249	80	15.527	5.453	251
9,803	JUN	8,198	110,397	1.499.192	182	0.180	46	32.393	51	29.219	81	18.397	102	14.610	6.032	247
10,093	JUL	8,941	124,780	1.635.922	181	0.027	44	37.119	51	32.038	91	17.919	116	14.006	6.612	247
11,905	AUG	9,804	179,728	1.819.454	164	11.094	49	40.432	52	34.909	112	16.245	137	11.889	6.182	222
16,781	SET	10,917	274,774	2.105.144	163	12.913	50	42.193	54	38.984	133	15.594	174	12.099	9.334	223
19,773	OUT	12,631	376,368	2.492.344	200	12.442	48	36.432	74	33.480	148	16.833	183	13.619	12.617	207
30,323	NOV	16,936	684,597	3.191.094	238	13.411	47	36.688	93	33.999	202	13.861	192	16.624	14.699	217
28,425	DEZ	19,181	816,423	4.027.469	264	13.256	107	37.649	124	32.489	248	16.248	219	18.399	16.857	239
29,403	JAN/92	24,168	923,579	4.979.213	318	19.649	120	41.649	136	38.272	310	16.049	270	18.427	25.220	197
29,613	FEV	29,031	1.146,737	6.131.801	430	13.671	180	34.177	209	29.434	375	16.405	310	19.845	29.000	212
29,273	MAR	36,911	1.343,738	7.522.649	513	14.683	270	27.098	249	28.002	482	18.737	424	17.765	31.157	240
21,005	ABR	49,199	1.429.036	9.004.708	564	13.969	303	29.030	303	29.725	455	19.790	522	17.254	35.871	251
19,813	MAI	64,940	1.605.005	10.644.348	609	13.372	328	32.320	315	33.667	570	18.713	603	17.689	44.293	241

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Departamento de Desenvolvimento - DEDEV

VALOR DO EMPRESTIMO: 1.000.000
CORRECAO MONETARIA: T.R. mensal
TAXA DE JUROS: 8,00% a.a
TAXA DE NIBATE: 20,00%

TR	MES	JUNOS	CORRECAO MONETARIA	SALDO DEVEDOR	FEI300		SILME		AMR02		LEITE		ALABRAS		S01 S0300	
					PRECO: 00 DEV. (Eq)											
				1.000.000	113	0.000	30	27.776	39	25.641	47	21.277	47	25.810	3.377	298
7,00%	FEV	5.333	56.000	1.061.333	120	0.423	42	29.279	49	21.640	54	19.694	46	23.072	4.160	293
8,36%	MAR	9.660	72.171	1.139.164	129	0.941	47	24.258	53	20.712	62	18.374	60	18.990	4.743	240
9,93%	ABR	14.976	81.982	1.226.622	149	1.232	47	26.090	54	22.713	66	18.903	79	16.386	5.264	233
11,79%	MAI	20.292	90.219	1.321.763	180	1.211	60	27.529	61	23.909	71	18.611	86	15.016	5.485	242
13,94%	JUN	25.607	99.560	1.427.700	182	1.045	60	31.039	61	27.996	81	17.627	102	13.990	6.031	237
16,08%	JUL	30.923	114.799	1.536.200	181	0.363	60	33.232	61	30.296	91	17.033	116	13.266	6.612	234
18,31%	AUG	36.240	140.200	1.706.675	184	10.407	69	37.926	62	32.021	112	13.230	137	10.071	6.182	209
20,73%	SET	41.557	227.104	1.944.882	183	11.932	80	38.098	64	36.016	133	10.407	174	11.177	6.336	208
23,34%	OUT	46.873	307.662	2.262.037	200	11.210	68	33.277	74	30.979	160	13.669	183	12.369	12.017	180
26,14%	NOV	52.189	332.099	2.627.429	230	11.000	87	32.499	95	29.762	202	13.197	192	14.736	14.699	192
29,23%	DEZ	57.505	442.043	3.403.340	264	12.202	107	32.575	124	29.100	240	14.054	219	15.918	16.037	207
32,61%	JAN/92	62.821	510.209	4.214.309	318	13.293	130	33.120	130	32.418	310	13.399	270	15.409	23.220	167
36,27%	FEV	68.137	643.664	5.100.310	430	11.334	180	28.338	209	26.403	373	13.601	310	16.455	29.000	176
40,27%	MAR	73.452	790.276	6.117.700	613	13.926	270	22.630	249	22.743	402	15.218	426	18.429	31.237	193
44,62%	ABR	78.768	1.051.704	7.303.120	864	12.734	305	23.940	302	21.702	455	15.705	522	17.790	33.071	200
49,31%	MAI	84.084	1.320.225	8.730.677	1.081	12.202	330	25.404	318	26.531	570	14.664	603	17.042	44.294	199

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Departamento de Desenvolvimento - DENLIR

VALOR DO EMPRÉSTIMO: 1.000.000
CORREÇÃO MONETÁRIA: T.R. mensal
TAXA DE JUROS: 8,00% a.a
TAXA DE REBATE: 30,00%

TR	MES	JUROS	CORREÇÃO MONETÁRIA	SALDO DEVEDOR	FEIJÃO		MILHO		ARROZ		LEITE		ALGODÃO		BOI BORDO	
					PREÇO: 50. KG. (Kg)											
	JAN/91			1.000.000	112	0.850	36	27.778	39	25.641	47	21.277	42	23.810	3.577	296
7,001	FEV	6.667	49.000	1.053.667	126	0.562	42	25.987	49	21.563	54	19.312	46	22.906	4.168	233
8,301	MAR	8.917	62.673	1.121.277	126	0.879	47	23.837	53	20.387	62	18.089	60	18.608	4.745	236
8,731	ABR	9.238	70.491	1.196.601	149	0.631	47	25.660	54	22.199	66	18.130	79	19.939	5.284	227
8,991	MAI	9.384	79.302	1.277.487	183	6.981	48	26.616	51	23.049	71	17.993	88	18.817	5.653	234
9,401	JUN	9.962	84.699	1.367.507	182	7.316	48	29.728	51	26.814	81	18.065	102	15.687	6.032	227
10,031	JUL	6.382	96.204	1.470.913	181	0.122	44	33.411	51	28.825	91	18.199	116	12.673	6.612	222
11,931	AGO	6.866	122.973	1.599.927	164	9.756	49	33.534	52	30.768	112	16.289	157	10.191	6.882	196
14,781	SET	7.466	187.927	1.793.320	163	11.016	50	35.996	54	33.247	125	15.299	174	10.318	9.336	192
15,771	OUT	8.378	240.494	2.032.183	200	19.261	48	36.179	74	27.732	148	12.215	185	11.214	12.017	171
20,521	NOV	9.877	438.422	2.500.151	238	18.509	87	28.737	95	26.317	202	12.377	192	13.022	14.699	170
28,471	DEZ	11.667	497.380	3.000.199	264	11.370	107	28.123	124	26.268	240	22.124	219	13.741	16.857	179
29,461	JAN/92	14.043	534.721	3.539.963	318	11.195	128	29.666	130	27.384	310	11.484	278	15.183	25.220	161
29,611	FEV	16.613	658.194	4.214.770	630	9.366	186	23.413	209	29.166	378	11.239	310	13.996	29.008	149
29,271	MAR	19.669	716.047	4.986.664	812	9.690	276	18.535	269	18.403	482	12.315	426	11.674	31.337	138
21,081	ABR	23.182	738.681	5.704.065	664	10.116	303	18.782	303	18.823	439	12.536	522	10.927	35.071	139
19,811	MAI	26.619	790.983	6.521.687	689	9.821	328	19.883	315	20.704	370	11.442	663	10.813	44.293	147

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Departamento de Desenvolvimento - DERUR

VALOR DO EMPRÉSTIMO: 1.000,000
CORREÇÃO MONETÁRIA: T.R. mensal
TAXA DE JUROS: 8,00% a.a
TAXA DE REBATE: 40,00%

TR	MES	JURIS	CORREÇÃO MONETÁRIA	VALOR DEVEDOR	FEIJÃO	MILO	ARROZ	LEITE	ALBORDO	DO BORDO						
					PREÇO: \$0. DEV. (Kg)											
	JAN/91			1.000.000	113	8.850	36	27.778	39	25.641	47	21.377	42	23.810	3.377	294
7,00%	FEV	4,00%	47.000	1.046.000	126	8.362	42	24.903	49	23.347	36	19.370	46	22.739	4.148	231
8,90%	MAR	4,10%	53.346	1.103.336	126	8.790	47	23.479	35	20.064	42	17.799	60	18.392	4.749	233
8,93%	ABR	4,45%	59.127	1.167.071	149	7.833	47	24.851	34	21.612	46	17.683	79	19.361	5.264	222
8,97%	MAI	4,66%	62.932	1.234.491	183	6.747	48	25.773	51	24.210	71	17.390	88	14.031	5.453	226
9,40%	JUN	4,93%	69.637	1.309.267	182	7.194	46	28.462	31	23.672	81	16.344	102	12.836	6.032	217
10,05%	JUL	5,23%	78.949	1.393.453	181	7.699	44	31.669	31	27.323	91	15.313	116	12.013	6.912	211
11,93%	AUG	5,57%	99.911	1.499.937	164	9.140	45	33.310	32	28.824	112	13.383	137	9.547	8.182	183
16,78%	SET	3,99%	130.913	1.659.844	163	10.199	30	33.117	34	30.664	133	12.266	174	9.516	9.336	177
19,77%	OUT	6,62%	196.416	1.896.065	200	9.290	48	27.337	79	29.120	168	11.065	182	10.130	12.017	135
30,32%	NOV	7,43%	346.399	2.106.720	238	9.272	87	29.343	91	23.239	202	10.924	192	11.493	14.899	150
38,67%	DEZ	8,82%	576.290	2.391.837	264	9.818	167	24.223	124	20.902	248	10.431	219	11.833	16.857	154
29,48%	JAN/92	10,34%	596.240	2.998.444	318	9.429	120	24.987	130	23.263	310	9.672	270	11.109	23.220	139
29,61%	FEV	11,99%	666.781	3.671.179	436	7.714	100	19.204	209	18.689	375	9.236	310	11.191	29.000	120
24,27%	MAR	13,30%	949.473	3.990.367	613	7.779	278	14.780	269	14.835	462	9.927	424	9.632	31.337	127
21,90%	ABR	18,96%	904.723	4.811.222	864	7.999	309	16.791	303	14.899	453	9.918	522	8.642	33.871	126
19,61%	MAI	18,84%	536.294	5.645.471	685	7.395	328	13.444	315	16.061	370	8.867	603	8.400	44.293	114

ASPLAN - RN

COMPARATIVO: TR+12.50 a.a. x DOLAR x CANA

1991	Drs	TR	Em Dolar	Ton de Cana
	1000000,00		5405.41	553.01
Janeiro	1214000,79	20.21	5122.37	573.08
Fevereiro	1311840,76	7.00	5207.78	426.44
Marco	1437438,36	8.50	5139.71	467.27
Abril	2055693,95	8.93	6944.91	668.25
Mai	2262681,79	8.99	7093.05	735.54
Junho	2499880,08	9.40	7183.56	734.23
Julho	2778354,10	10.05	7166.71	709.58
Agosto	3141160,05	11.95	7058.79	680.63
Setembro	3704562,35	16.78	6499.23	648.45
Outubro	4480880,18	19.77	5334.38	664.70
Novembro	5906344,41	30.52	6490.49	632.26
Dezembro	7660018,28	28.42	6719.31	635.74
Percentual ANUAL	666.00	423.54	24.31	14.96

1992	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
Janeiro	9796947,67	25,48	7495,71	657,65
Fevereiro	12313606,64	25,61	7672,03	675,51
Marco	15453609,95	24,27	7726,80	699,47
Abril	18896472,12	21,08	7267,87	722,08
Mai	22863997,89	19,81	7646,82	688,75
Junho	27950870,45	21,05	8817,31	683,42
Julho	34914698,73	23,69	7508,54	711,24
Agosto	43447800,51	23,22	7595,77	712,84
Setembro	55014169,45	25,38	7505,94	725,45
Outubro	69487395,74	25,07	8174,99	744,96
Novembro	86517159,81	23,27	7065,30	752,09
Dezembro	108302171,26	23,95	7417,96	744,95

Porcentual ANUAL 1015,72 1156,22 1,04 13,27

1993	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
Janeiro	140797617,10	20,70	0202,21	820,73
Fevereiro	179019115,61	25,90	8249,73	831,24
Marco	227433666,45	25,81	8455,53	828,65

Porcentual ANUAL 61,55 103,90 2,09 ,94

NO PERIODO

Porcentual Anualizado 22645,37 13310,15 56,43 49,84

Obs: O comparativo sobre a primeira conversão no primeiro dia do mês (inicial), as outras no dia 30.

ASPLAN - RN

COMPARATIVO: TR+18,20 a.a. x DOLAR x CANA

1991	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
	1000000,00		5405,41	553,01
Janeiro	1216525,20	20,21	5133,02	574,27
Fevereiro	1317302,15	7,00	5229,46	428,27
Marco	1446424,10	8,50	5165,80	470,19
Abril	2072845,91	8,93	7002,86	673,83
Mai	2206305,09	8,99	7167,10	743,22
Junho	2531232,39	9,40	7273,66	743,44
Julho	2819048,70	10,05	7265,59	719,98
Agosto	3193796,12	11,95	7177,07	692,03
Setembro	3774471,69	14,78	6621,88	660,69
Outubro	4574932,95	19,77	5446,35	678,65
Novembro	6042856,92	30,52	6640,50	646,87
Dezembro	7853359,70	28,42	6888,91	651,78

Porcentual 685,34 423,54 27,44 17,86

1992	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
Janeiro	9972648,50	25,48	7700,89	675,65
Fevereiro	12676963,51	25,61	7898,42	695,44
Marco	15942706,50	24,27	7971,35	721,61
Abril	19535070,18	21,08	7513,49	746,48
Mai	23685827,20	19,81	7931,68	713,51
Junho	29015754,15	21,05	9153,23	709,46
Julho	36320261,34	23,69	7810,81	739,97
Agosto	45290871,94	23,22	7917,98	743,08
Setembro	57467123,58	25,38	7839,99	757,80
Outubro	72736621,02	25,07	8557,25	779,80
Novembro	90753103,83	23,29	8250,28	789,73
Dezembro	113836333,07	23,95	7797,15	783,03

Porcentual 1041,51 1156,22 1,25 15,89

1993	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
Janeiro	148302416,24	28,70	8723,60	864,48
Fevereiro	180753549,77	25,90	8707,54	877,36
Março	240570130,50	25,81	8743,31	876,45
Porcentual	62,22	13310,15	2,52	1,38

----- NO PERIODO -----

Porcentual	23957,51		65,45	50,49
------------	----------	--	-------	-------

Obs: O comparativo sofre a primeira conversão no primeiro dia do mês inicial, as outras no dia 30.

ASPLAN - RN

COMPARATIVO: TR+24.00 a.a. x DOLAR x CANA

1991	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
Janeiro	1000000,00		5405,41	553,01
Fevereiro	1223058,01	20,21	5163,96	577,73
Março	1333230,53	7,00	5292,70	433,40
Abril	1472737,77	8,50	5259,78	478,75
Maio	2123277,31	8,93	7173,23	690,22
Junho	2356046,23	8,99	7385,72	765,89
Julho	2624167,59	9,40	7540,71	770,74
Agosto	2940167,36	10,05	7577,75	750,91
Setembro	3351093,83	11,95	7530,55	726,12
Outubro	3984240,05	16,78	6989,89	697,41
Novembro	4858296,13	19,77	5783,67	720,68
Dezembro	6455821,08	30,52	7094,31	691,08
Dezembro	8440624,67	28,42	7404,06	700,52
Porcentual	744,06	423,54	36,98	26,67

1992	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
Janeiro	10782998,29	25,48	8326,64	730,55
Fevereiro	13789680,04	25,61	8591,70	756,48
Março	17446604,87	24,27	8723,30	789,68
Abril	21506697,89	21,08	8271,81	821,83
Maio	26233563,05	19,81	8773,77	790,25
Junho	32330566,74	21,05	10198,90	790,51
Julho	40713415,62	23,69	8755,57	829,36
Agosto	51075094,71	23,22	8929,21	837,98
Setembro	65197040,71	25,38	8894,55	859,73
Outubro	83017847,91	25,07	9766,81	890,02
Novembro	104205288,64	23,29	9473,21	906,79
Dezembro	131500290,71	23,95	9006,87	904,51
Porcentual	1119,52	1156,22	0,17	23,81

1993	Cr\$	TR	Em Dolar	Ton de Cana
Janeiro	172344304,65	20,73	10137,90	1004,60
Fevereiro	220908844,33	25,90	10180,13	1025,74
Março	282955867,10	25,81	10510,81	1030,05
Porcentual	64,18	103,90	3,76	2,61

----- NO PERIODO -----

Porcentual	28195,59	13310,15	94,60	86,41
------------	----------	----------	-------	-------

Obs: O comparativo sofre a primeira conversão no primeiro dia do mês inicial, as outras no dia 30.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Srs. Senadores, anda bem, mais uma vez, o Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, o ilustre Senador José Eduardo de Andrade Vieira, ao defender, com toda veemência que lhe é possível, que as tarifas de energia elétrica brasileira sejam menores do que os preços cobrados pelo serviço em outros países. Ele pensa, e tem toda razão de pensar e agir assim, que o Brasil tem que ter a tarifa mais barata do mundo, o que não lhe tem sido permitido até agora, devido às pressões diretas que lhe são feitas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Acredita-se, com muita razão, que essa atitude, injustificada de todas as maneiras, teria sido adotada para tirar a competitividade de nosso país no mercado fornecedor internacional.

Chamo a atenção da opinião pública para o que vem ocorrendo neste importante setor. O Banco Mundial, por exemplo, que financia a maioria dos empreendimentos, exige, como norma e condição, que o Governo cobre tarifas que ele considera reais pelo serviço, alegando que o investimento precisa ter remuneração condigna, não permitindo nenhum subsídio ou outro qualquer tipo de vantagem ao consumidor. Repete-se, por isso, o mesmo erro assinalado em outros importantes setores. Tenta-se, em razão da pressão do Banco Mundial, tabelar o produto fornecido pelo alto, sem que se considere, com os cuidados e estudos que o assunto merece a base de custo de energia gerada.

A aritmética empregada é simplista mas muito ruim para o povo, que termina sempre pagando a conta. Se o Banco Mundial afirma que o custo é para remunerar o capital empregado e se ele basicamente custa X, e para isso necessita mais X, então deve-se cobrar tantos X quantos necessários pela energia fornecida e, em consequência disso, deixa-se de fazer esforços para eliminar a alta taxa de desperdício e conseguir elevar a produtividade do setor energético.

Por falar em desperdício, como brasileiro patriota, que deseja sempre, em qualquer circunstância, o melhor para nosso País, para nossa gente, recebo com grande tristeza a notícia oficial de que o Brasil joga fora, todo ano, entre 11 e 14% de tudo o que produz. Isso representa, mais ou menos, 50 bilhões de dólares, o que equivale à metade da nossa dívida externa.

O desperdício, que, lamentavelmente, passou a ser a característica cultural da nossa nacionalidade, abrange, infelizmente, muitos setores produtivos — diversificados, é bem verdade. Isso serve para demonstrar que o mal é nacional, atingindo a todos nós e a muitas atividades. Somos todos agredidos e prejudicados por ele.

No setor de energia elétrica, por más condições das linhas de transmissão e por desvio — energia furtada — nas cidades, perdemos anualmente cerca de quatro bilhões e 700 milhões de dólares.

Na atividade agrícola, de operação e manuseio mais fácil, a questão é também muito grave. O desperdício chega a atingir a altíssima marca de 60% dos produtos. A banana, por exemplo, artigo teoricamente barato e de largo consumo diário, de cada dez colhidas, apenas quatro conseguem chegar ao mercado consumidor. A perda de grãos, entre os péssimos sistemas de transportes e a precária rede de armazéns, chega ao intranquilizador número de 26 milhões de toneladas anuais jogadas na lata do lixo.

Na indústria de calçados, grande geradora de divisas em razão do movimento de exportação, só 20% do couro do boi é aproveitado.

Na construção civil, o panorama agrava-se ainda mais: 33% do material utilizado na obra é jogado fora como entulho, resíduos descartáveis que não valem nada. Isso faz com que, de cada quatro prédios construídos, um outro absolutamente igual vá para o lixo.

Nos portos, todos eles, sem exceção, a operação também é muito mal feita. Há péssima armazenagem, transporte interno de má qualidade e por isso perdemos em média cinco milhões de dólares por ano.

Já na indústria pesada ou leve, de cada um milhão de peças fabricadas, 26 mil são jogadas fora por imperfeições. No Japão, um dos países mais industrializados do mundo, graças aos controles de qualidade, elas nunca passam de 200 em cada milhão.

Segundo o Ministro José Eduardo Vieira, a situação é extremamente grave, pois, apesar de estarmos vivendo há mais de 10 anos no bojo de uma das mais sérias crises econômicas enfrentadas pelo Brasil, de necessitarmos com urgência de elevar o padrão de vida nacional, o País, por falta de estrutura organizacional, perde, anualmente, jogando fora, sem nenhum controle ou medidas corretivas, cerca de 64,5 bilhões de dólares.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Elcio Alvares — Estamos, praticamente, na fase crepuscular da sessão de sexta-feira, e V. Exª está proferindo um discurso da mais alta importância. Essa campanha, que tem sido liderada em nível nacional pelo nosso eminente colega José Eduardo Vieira, hoje ocupando o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, é uma campanha de consciência coletiva, de cultura de um povo. Eu gostaria de remontar, aqui, a uma conversa que tivemos ontem com o Ministro Fernando Henrique Cardoso a qual me tocou profundamente, não só pela avaliação de graves problemas brasileiros mas também e principalmente por uma colocação que S. Exª fez com muita objetividade. É chegada a hora de apelar para a consciência civil do povo brasileiro. Ou nós nos conscientizamos de todos os problemas em um regime coletivo, ou nós não vamos ter, de maneira nenhuma, qualquer tipo de repercussão, por melhor que seja a campanha. Quanto à questão do desperdício, V. Exª está dando números altamente elucidativos. Mas a questão inicia-se no hábito caseiro da utilização da pasta de dentes. Hoje a pessoa usa o tubo de pasta de dentes sem ter o cuidado de dobrá-lo, como faziam os antigos. Tudo está mudando. Com relação à própria refeição que se serve numa mesa, não há preocupação com as quantidades. Eu diria mesmo: é uma questão de cultura do povo. Na verdade, o País, hoje, está precisando de um chamado coletivo. Acredito que o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que deve realizar, nos próximos dias, um pronunciamento, muito objetivo, com o brilhantismo da sua inteligência, vai convocar a opinião pública brasileira. E no momento da convocação, pelo enfoque da economia, é preciso que todos estejam conscientes disso. No assunto do discurso que V. Exª faz, parece-me que é primordial uma campanha de educação, que tem de começar no colégio, como se fosse uma disciplina básica: ensinar o cidadão a prover as suas necessidades com aquilo que é essencial. Não se pode, de maneira nenhuma,

promover o progresso de uma sociedade, num País carente como o nosso, fazendo o que se faz. Na construção civil, como V. Ex^a acabou de falar, é lamentável que, acabado um prédio, pegue-se aquela parte inicial de sua construção, principalmente os tapumes, e jogue-se tudo fora, num País com problemas seriíssimos na preservação ecológica das florestas e matas. Quero parabenizar V. Ex^a e apenas lamentar por estarmos na fase final da sessão de sexta-feira, que, diga-se de passagem, é um dia que está começando a despertar a atenção dos Srs. Senadores para pronunciar discursos da mais alta importância, conforme V. Ex^a está fazendo. Mais uma vez, receba os meus cumprimentos, e queira Deus que, através de uma campanha consciente, o Governo e as forças vivas da sociedade brasileira tenham condição de mobilizar todos os nossos compatriotas para evitar esse desperdício, que chega a pesar profundamente na economia nacional.

O SR. JONAS PINHEIRO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Elcio Alvares, que vem, em muito boa hora, complementar este pronunciamento. V. Ex^a tem razão quando chama a nossa atenção para a necessidade de se começar a campanha de conscientização de combate ao desperdício já na sala de aula, na cozinha de cada residência, à mesa durante as refeições.

V. Ex^a lembra um fato interessante, uma postura pessoal - adotada até por brincadeira -, e da qual, hoje em dia, não me afasto; um comportamento durante as refeições, que, quando analisado com certa profundidade, tem implicações até filosóficas, qual seja, não deixo alimento no prato, de maneira nenhuma. Por que não deixo comida no prato? Em sinal de respeito aos que não têm o que comer. É verdade que esta atitude única e pessoal não vai resolver o problema, mas cada um deve fazer a sua parte. Outra norma que complementa esta, outro hábito é não repetir a comida. Isso em sinal de respeito a mim mesmo, que não preciso sobrecarregar o meu estômago para estar devidamente alimentado.

Nobre Senador, isso também diz respeito à ordem econômica, porque se ninguém desperdiçasse alimentos, haveria de sobrar para alguém.

V. Ex^a se refere a mudanças, transformações e essas atitudes devem ser tomadas, também, até nas horas da refeição. Eu, também, concordo perfeitamente com a necessidade de se iniciar essa campanha o mais rápido possível.

Muito obrigado, nobre Senador, pelo oportuno e rico aparte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o País, por falta de estrutura organizacional, perde anualmente, jogando fora, sem nenhum controle ou medidas corretivas, cerca de 64,5 bilhões de dólares. Isso, é pena, equivale a 15% do Produto Interno Bruto.

Vai mais longe o Ministro José Eduardo, ao revelar à Nação que se decidíssimos, coisa que mais dia menos dia terá de acontecer, a aplicar um investimento, até razoável pelos resultados que poderá apresentar, de 200 milhões de dólares anuais, num rígido e bem controlado programa de combate ao desperdício e do controle de qualidade, o Brasil chegaria, tranquilamente, ao ano 2000 com um PIB de cerca de 900 bilhões de dólares, não apenas com 600 bilhões previstos pelos nossos técnicos econômico-financeiros.

É terrível o que ocorre entre nós. Na construção civil, por exemplo, a situação é tão grave que, se construímos um grupo de três casas populares, uma delas estará perdida no caudal do desperdício. Nosso índice, incrivelmente alto, de

33% de material que deixa as obras na forma de simples entulho, sem valor — segundo algumas fontes —, se choca frontalmente com a taxa mundial de perda no setor, apenas 10%.

Na indústria, marcamos índice de 2,6%, enquanto que nos países onde o assunto é considerado com a prioridade que merece, é de apenas 0,02%.

Os números apresentados pelo Ministro da Indústria, Comércio e Turismo são produtos de cálculos feitos por técnicos de seu Ministério e pelo pessoal do Instituto de Engenharia de São Paulo.

Concordo, integralmente, com o que pensa o Ministro sobre o assunto. O problema do desperdício no Brasil está intimamente ligado à nossa cultura, educação e à falta de profissionalização em setores importantes das atividades produtivas, problema de gestão interna de empresas, o que nos leva a esses terríveis resultados.

Se o panorama geral é esse, intranquilizador, capaz de fazer alguns círculos pensarem seriamente em um destino negro para o País, por outro lado, vemos com alegria que as primeiras medidas para combater essa tendência já estão sendo efetivamente tomadas.

Esta semana, realizou-se aqui, em Brasília, sob os auspícios do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, um importante seminário, "Desperdício no Brasil. Causas e Soluções", promovido pelo importante Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade — PBQP, que foi um passo muito importante no caminho para se chegar a uma solução.

O Governo lançou o programa e tem difundido o assunto intensamente junto aos sindicatos, secretarias de indústria e comércio dos estados e municípios e hoje, em consequência dessa campanha, já há mais de dez unidades da Federação com planos próprios. Muitas prefeituras, apesar da precariedade dos recursos disponíveis, tratam de montar os seus programas. A Confederação Nacional da Indústria, entidade diretamente interessada numa das facetas do problema, entrou firme na batalha e, em campanha nacional, está exortando patrões e empregados a aderirem à luta para melhoria dos nossos padrões de produtividades no campo.

No campo, e isso ocorre também no Brasil inteiro, a situação é tão grave quanto nas cidades. Num País carente como o nosso, necessitando de todo alimento que se possa produzir, cerca de 20% da produção agrícola é perdida só no transporte e no armazenamento.

Temos de reverter esse quadro a curto prazo, o mais rapidamente possível. Para isso teremos que enfrentar, numa reunião geral de forças interessadas em encontrar soluções, um processo de reforma radical de costumes operacionais que vai desde o simples preparo do solo para o plantio, à escolha de melhor equipamento mecânico utilizado nas lavouras, passando pelo transporte, que terá de ser melhor cuidado, pela gestão da armazenagem, da operação adequada e racional do equipamento.

Lembro que essa é questão complexa, cheia de nuances e de caminhos que nem sempre são retos. Se fosse algo mais simples, seria fácil de consertar, mas não é esse o caso que enfrentamos. A situação se complica porque as diferentes etapas da operação estão todas erradas, no preparo do solo, na colheita, na armazenagem, na comercialização, nos portos e na operação portuária.

O quadro é negro, assustador, mas apesar disso, temos agora a certeza de que o Governo do Presidente Itamar Franco está realmente empenhado e decidido politicamente a mudar

esse estado de coisas. Vamos tratar, num esforço nacional, de consertar tudo o que não esteja certo, pois só dessa maneira poderemos evitar o enorme prejuízo que temos em setores tão distintos quanto desorganizados.

Penso como o Ministro José Eduardo, que um dos fatores que mais contribuiu para que atingíssemos esse estágio constrangedor, ao completo abandono dos programas de estímulo à maior produtividade em todos os setores, foi o tabelamento de preços, de triste memória. E também — isso precisa ser reconhecido — a fixação de preços mínimos, que garante ao produtor ou ao fabricante que mesmo que seu produto não seja o melhor, receberá, apesar disso, o preço pré-estabelecido. Lembro que havia sempre um processo de negociação com o Governo, e era fácil, muito fácil, convencer os funcionários encarregados do assunto que os custos eram "X" e que, por isso, o preço tinha que custar dois "X". Realmente, era mais fácil convencer o Governo a tabelar por alto, com o mínimo de informações, do que fazer todo esse esforço que agora estamos desenvolvendo para aumentar a produtividade.

Enfrentamos, hoje, apenas uma triste herança, que nos foi legada pelo tabelamento de preços, em razão do qual sofremos durante tantos anos. O ideal para economias de mercado sempre foi deixar que se estabeleça a livre competição, pois aqueles que são mais racionais na sua operação, mais produtivos, mais eficientes passam a ganhar mais e, conseqüentemente, procuram aperfeiçoar-se mais, com mudanças de métodos e o estabelecimento de novas tecnologias de ponta.

O Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo Andrade Vieira, aponta a produção da energia elétrica e o aço como produtos nacionais de altíssima competitividade no mercado externo, pelos custos reduzidos que exigem e pelo enorme potencial que têm. A energia é gerada a custos baixos em razão da imensa riqueza hídrica, o que os possibilita a construção de megausinas, como a de Itaipu. Por essa razão, não podemos concordar com a pressão do FMI e Banco Mundial e fazer tudo para colocar esses produtos no mercado interno a preços muito mais baixos e mais atraentes.

O Brasil tem que refazer, prontamente, um enorme esforço conjunto para aumentar a eficiência dos setores produtivos, para que nossos preços, livres das pressões, passem a ser competitivos na disputa de mercados até com países do Primeiro Mundo.

Chegou a hora e a vez de deixarmos de lado possíveis divergências de ordem política e nos lançarmos, irmanados, numa campanha nacional que só benefício trará ao nosso País.

O projeto do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo é fazer com que cada empresa em cada município, em cada estado, programas de defesa de qualidade e produtividade possam contribuir, com a rapidez que o Brasil está a exigir, para que não tardemos a ultrapassar este triste estágio da vida nacional.

Faço votos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o seminário "Desperdícios do Brasil, Causas e Soluções" não tarde a mostrar à Nação agradecida a felicidade de sua realização, graças aos esforços e ao programa de administração de meu correligionário e amigo, Ministro José Eduardo Andrade Vieira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) —Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tivemos, segunda-feira desta semana, a oportunidade de visitar o Estado do Ceará em companhia do Ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, quando foram assinados os projetos para irrigação dos Chapadões de Russas, na região chamada Araras do Norte. Esse projeto abrangerá cerca de quatro mil hectares, que deverão marcar, no Estado do Ceará, uma importância muito grande, em virtude de alcançar uma área bastante árida que, após essa irrigação, terá a oportunidade de um desenvolvimento pleno.

Terça-feira, junto com o Sr. Secretário de Irrigação, Dr. Carlos Wilson, visitamos os Projetos Apodi e Maísa, em Mossoró. A respeito dessa visita, gostaria de tecer alguns comentários.

O Nordeste do Brasil conta com abundantes recursos naturais, e um dos investimentos mais lógicos para a transformação da miséria sofrida pela maior parte da sua população em riqueza, gerando novos empregos e melhores condições de vida, é a agricultura irrigada.

A prova de que essa afirmação não é um delírio ou um idealismo inconseqüente é a realidade do sucesso do Projeto Maísa, localizado nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Esse projeto agro-industrial irrigado, iniciado por um grupo de empresários privados da região, é a prova concreta de que a agricultura irrigada é uma realidade irreversível, pela dependência de grande quantidade de mão-de-obra local, pelo bom potencial para exportação de frutas tropicais, castanhas de caju etc, e pelas vantagens econômicas competitivas relacionadas à qualidade do solo e do clima.

As implicações dessa agricultura irrigada nos planos econômico, social e político são de enorme envergadura, não só para o Nordeste em si, mas, conseqüentemente, para todo o Brasil.

O não aproveitamento, até hoje, de todo o potencial de recursos produtivos do Nordeste, necessário à alta sustentação econômica, deve-se primordialmente ao fato de que os atuais instrumentos de política econômica brasileira, até então vistos, são inadequados ao desenvolvimento da região. Entre suas contradições, podemos comentar, de passagem, o próprio comportamento da Sudene, que até há bem pouco tempo continuava aprovando projetos industriais em benefício da economia do Centro-Sul, cabendo ao Nordeste apenas a insignificante fatia correspondente à geração de alguns empregos diretos, o que acabava contribuindo para o êxodo do nosso homem do campo, empurrando-o para uma vida miserável nas grandes cidades, por sua vez despreparadas para recebê-los.

Desenvolver o setor primário na região do semi-árido do Nordeste, através da irrigação, é produzir com resultados econômicos certos, quase sem possibilidades de erro, desde que aplicada a tecnologia adequada a cada área e a cada projeto.

O Projeto Maísa é um exemplo nítido, fruto da teimosia de um grupo de empresários, chefiados por Geraldo Rola e José Nilson Sá, que há 15 anos trabalham tentando construir aquele monumento que é a Maísa.

Na região semi-árida, conforme sabemos, os produtos agrícolas são de melhor qualidade e a produtividade é bem mais alta, pois o semi-árido dispõe de 2.800 horas de sol/ano e a umidade relativa do ar é bem mais baixa durante sete meses do ano, tem terras planas e férteis, fácil mecanização agrícola, no caso dos projetos de irrigação, e com ciclos vegeta-

tivos menores, o que torna a incidência de praga menor e, conseqüentemente, reduz-se o uso de defensivos agrícolas. Por todas essas razões, estamos certos de que a rentabilidade das culturas plantadas no Nordeste será bem maior com a utilização de tecnologia adequada.

O tempo e a prática têm demonstrado que no semi-árido do Nordeste é impossível obter resultados economicamente satisfatórios, quando ficamos na exclusiva dependência do período de chuvas, por nós chamado de inverno.

A pluviosidade do semi-árido já está definida por uma curva quase perfeita, onde se observam períodos de inverno seguidos por períodos de seca. Aquilo que o agricultor ganha em um, dois ou três anos de chuva, perde adiante em um ou dois anos de seca. Para que se possa avaliar melhor o problema da instabilidade da precipitação pluviométrica da região, um homem no semi-árido, em média, não colhe o suficiente para sua própria subsistência, enquanto que nos países de agricultura desenvolvida e irrigada, onde os períodos de chuvas são regulares, um homem produz para alimentar 70 pessoas.

Sendo assim, aumentar a área de produção do nosso semi-árido, com agricultura de sequeiro, onde é incerto o período de chuvas, apenas contribuirá para o aumento do número de famintos e de miseráveis.

Precisamos aumentar a produtividade, através de uma agricultura forte que será conseguida por meio de reservas de água disponível para os processos de irrigação. Sem água, todos os fatores citados não poderão ser ativados. A água, no caso do semi-árido, é prioritária. Isso quer dizer que 16 milhões de brasileiros estão aguardando com ansiedade a concretização de uma decisão política nacional, para que aquela região possa dar um passo definitivo nessa jornada de 1.000 léguas.

Para alcançarmos, no Nordeste, a oferta de água necessária, os processos disponíveis são: construção de açudes, barragens, poços e a tão falada transposição do rio São Francisco. Esse é um processo que já vem sendo difundido em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, França, Israel e União Soviética. Somente nos Estados Unidos já se fizeram mais de 25 transposições de rios.

No Brasil, podemos fazer, ainda, várias barragens incluídas no projeto de transposição do São Francisco, como, por exemplo, a Barragem do Castanhão, o que ajudaria imensamente na perenização do Jaguaribe, além de regularizar as suas inundações, dando, assim, somente nessa região, potencialidade para irrigar mais de 100 mil hectares, além de representar mais de 200 mil empregos diretos. Sentimos que o Governo hesita e se retarda na liberação de verbas, fazendo com que esse atraso signifique mais alguns anos de fome para esse povo tão sofrido, ao invés de transformar essa realidade de miséria em riqueza e abundância.

Nos projetos de irrigação, o que mais falta é a continuidade. Eles são iniciados e suspensos, na medida em que os orçamentos não correspondem a uma programação continuada. Isso representa um custo bastante alto para o País, porque leva a desperdícios enormes, e há um custo desproporcional na instalação dos projetos de irrigação.

Com seu vasto território, o Brasil tem apenas um pouco mais de 1,5 milhões de hectares irrigados, sendo mais de 600 mil no Rio Grande do Sul. Embora dispondo de fantástica rede fluvial, somos modestamente o 5º país da América do Sul e o 35º do mundo em irrigação. A China possui 50 milhões de hectares irrigados, e a Índia, agora, mais do que isso.

Cabe destacar que, no caso do Nordeste, era preciso introduzir a irrigação na cultura das pessoas. Não existe na região uma tradição de irrigação, como existe na China, na Índia e em outros países. Então, é necessário que os recursos humanos da região sejam treinados para a irrigação, para que se possa, realmente, tirar da irrigação tudo o que ela pode proporcionar àquela região.

Sabemos que o Nordeste brasileiro é composto de uma área de mais ou menos 1,5 milhão de quilômetros quadrados, com pelo menos um terço agricultáveis, representando 50 mil hectares, dos quais cinco milhões poderiam ser irrigados, precisando apenas que sejam feitas algumas obras básicas, como a transposição de alguns rios e barragens, com custos não muito onerosos, uma vez que já existem inúmeros canais naturais, feitos pelos próprios rios secos, cujo índice predomina no Nordeste; e aproveitando rios perenes já existentes, dos quais não são aproveitados nem 20% de sua capacidade para cultura irrigada, o que consideramos um absurdo, pois existem barragens onde foram gastos mais de 100 milhões de dólares e, por economia de 10% do seu valor, não foram concluídas obras complementares, como energia; sistematização de solos e estradas para o escoamento da produção:

Lembramos que no Governo Sarney foram feitas poucas obras de irrigação. Falou-se muito e irrigou-se pouco, justamente pela falta dessas obras complementares. O que nós sentimos, quando andamos pelo interior do Nordeste, como às margens do rio Jaguaribe, Curu, Acaraú e muitos outros, é que essas são terras férteis, muita água não sendo aproveitada, a ponto de em 4/5 das margens dos rios verificar-se uma seca e uma pobreza crônicas, tudo isso por não haver uma política direcionada para o desenvolvimento daquela região.

Os custos para amortização das obras — como transposição, barragens etc. — deveriam ser cobrados como se cobra energia, ou seja, amortização a longo prazo. Imaginem se o custo de uma hidrelétrica fosse para pagamento a curto prazo; isso tornaria inviável a instalação de energia num país. A água para o Nordeste é vital para a sua população, tanto quanto a energia é vital para povos do mundo inteiro.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, hoje, no semi-árido nordestino, região que seria mais beneficiada pela irrigação, vivem 16 milhões de habitantes, com uma renda per capita inferior a 400 dólares, caracterizando-se como região de pobreza crônica. Essa situação se agrava mais ainda, quando sabemos que essa região apresenta um potencial de agricultura irrigável só comparável ao da Califórnia, que é o estado mais rico dos Estados Unidos, apresentando um PIB de 600 bilhões de dólares/ano, com cerca de cinco milhões de hectares irrigados, produzindo 260 variedades de culturas.

Com o aproveitamento dos rios, barragens e transposições de rios, poderemos irrigar, mais ou menos, 1,5 milhão de hectares na região semi-árida do Nordeste, o que criaria aproximadamente dois milhões de empregos diretos para trabalhadores rurais, mormente se metade dessa área for destinada à fruticultura, que é comprovadamente adaptável para a região, devido às condições edafoclimáticas

Sabendo-se que em 1,5 milhão de hectares faturaremos quatro mil dólares por hectare — só com o melão fatura-se, mais ou menos, 25 mil dólares/ano —, atualmente, aumentaríamos a receita da região em seis bilhões de dólares/ano. Sabendo-se, ainda, que um dólar no setor primário gera três dólares nos demais setores, teríamos, então, um acréscimo de 18 bilhões de dólares do PIB brasileiro, ou seja, um aumen-

to de 4,5%, enquanto que o PIB do Nordeste semi-árido teria um acréscimo de 200%. A renda per capita, que hoje é de 400 dólares, passaria, mais ou menos, para 1.200 dólares, reduzindo, desta forma, um dos maiores problemas do Governo Federal, que seria a classe pobre transformando-se numa classe média rural. Para que seja possível essa transformação, é imprescindível que se processe a transposição de rios e barragens, obras essas que estariam orçadas em mais ou menos 5 bilhões de dólares, o que representaria a própria redenção do semi-árido nordestino.

Como o Nordeste não é composto apenas de semi-árido, podemos alcançar até a marca dos cinco milhões de hectares irrigados, desde que haja um maior incentivo para a irrigação do setor privado, tendo em vista que hoje a maior parte da irrigação nordestina foi implantada no setor público. Além disso, o preço para se implantar um sistema de irrigação está por volta de 10 a 15 mil dólares por hectare nesse setor. Desta forma, se resolvessem irrigar o Nordeste brasileiro, gastar-se-ia, mais ou menos, de 50 a 75 bilhões de dólares. Por outro lado, se essa irrigação fosse feita pela iniciativa privada, com custo não superior a sete mil dólares por hectare, as mesmas obras não ultrapassariam a casa dos 35 bilhões. Portanto, se utilizarmos a proporção de 1,5 milhão de hectares do semi-árido — conforme já expusemos — para cinco milhões, que poderiam ser atingidos no Nordeste, concluímos que o PIB brasileiro aumentaria em mais ou menos 15%.

É claro que um projeto de tamanha envergadura não poderá ser concluído durante a gestão de apenas um Governo e sabemos que um dos maiores problemas para a conclusão das grandes obras é, exatamente, a mudança de Governo, as quais, na maioria das vezes, são paralisadas e muitas são até encerradas mesmo estando inacabadas. Por isso, sugerimos que uma obra como essa, cinco milhões de hectares irrigados, fosse projetada para um período de mais ou menos vinte anos (cerca de um milhão de hectares por Governo) e referendada pelo Congresso Nacional, para que, mesmo com as mudanças inevitáveis de Governo, não sofresse problema de continuidade.

Realmente, o problema da continuidade é o mais grave na realização de um programa a longo prazo para a região Nordeste.

Fala-se muito que o Nordeste é uma região problema, mas vendo a questão da irrigação, como se pode ver e estamos expondo, essa região tem potencialidades enormes, uma riqueza potencial muito grande, apenas necessitando de uma certa organização para ser despertada. É só nós, brasileiros, nos transportarmos para outro patamar em termos de gestão pública, fazendo por essas regiões do Brasil, aquilo que precisa ser feito ao longo de um planejamento que o País pode acompanhar tranquilamente.

Não podemos mais nos conformar em viver como se estivéssemos no século XVII, XVIII, improvisando coisas, quando modernamente se sabe que é possível, com uma organização boa e uma continuidade adequada, aproveitar toda a potencialidade que as nossas regiões apresentam.

O Nordeste não é uma região irremediavelmente miserável; é uma região com grandes potencialidades. Resta que se trabalhe adequadamente a sua natureza.

Se considerarmos cinco milhões de hectares irrigados e se plantarmos um milhão com frutas nobres (2 homens/ha) e quatro milhões com culturas normais (0,5 homem/ha), geraríamos de quatro a cinco milhões de empregos diretos. Outros benefícios terão de ser considerados, pois, além do aumento

da renda do trabalhador, seria eliminado também um dos maiores problemas das grandes cidades, que é o êxodo rural, causador de um dos maiores transtornos da sociedade brasileira: a marginalidade. A próxima grande crise mundial será do alimento e o Brasil, com a irrigação, poderá ser um dos celeiros do mundo.

São muitas as dificuldades, mas é necessária a união de todos os setores de nossa sociedade para que esse projeto seja realizado com êxito, pois é vital para o desenvolvimento e a estabilidade de nosso País.

Temos a pretensão de levantar e sugerir estas idéias a longo prazo, sabendo que elas são de difícil implementação, porque no momento estamos no fundo do poço por falta de programação, de organização e de determinação política. A região tem condições de ser bem aproveitada.

Visitamos o Projeto Maise, que foi iniciado em 1968. A Maise pertence ao grupo EIT e é um projeto agro-industrial, localizado no Nordeste do País, na Chapada do Apodi, nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, possuindo uma área total de 30.000 hectares, sendo 2.186 irrigados, dos quais 1.186 permanentemente irrigados.

Este projeto, embora implantado num terreno seco e árido da caatinga, produz frutas do maior valor econômico, tais como melão, maracujá, manga, acerola, uva, melancia, e realiza pesquisas com diversas variedades de melão, aspargo, kinkan, abacaxi, amendoim, figo, tâmara, entre outras. As pesquisas, apoiadas por técnicos brasileiros, israelitas e chilenos, visam aumentar a produtividade e desenvolver produtos que o mercado demanda.

É de se destacar que a cultura irrigada é uma agricultura de alta tecnologia, que precisa realmente ser acompanhada cuidadosamente por técnicos competentes.

A Maise responde por 40% da produção nacional de melão, abastecendo o mercado local e exportando para os Estados Unidos e Europa. É a maior empresa independente produtora e exportadora de melão do Brasil, com um faturamento atual de 60 milhões de dólares anuais.

A empresa possui toda a estrutura de controle de qualidade, armazenamento e sistemas de pós-colheita adequados a cada tipo de cliente e mercado. Dispõe, ainda, de uma fábrica de tubos para irrigação, laboratório de análises, canais completos de comunicação interna e externa, 500 quilômetros de estradas internas, 5.500 Kilowatts de capacidade elétrica instalada, moderno centro administrativo de informática, um departamento de peletização e uma serraria toda equipada somente para atender às necessidades internas.

Francamente, parece que não se está no Brasil. É uma obra realizada passo a passo por um homem de grande iniciativa e talento, que é Geraldo Rola, e que mostra que no Nordeste é possível fazer-se algo sério, moderno e produtivo, bastando apenas que a iniciativa privada encontre espaço para trabalhar e receba do Governo o apoio necessário para que um projeto dessa dimensão seja implementado.

A filosofia da Maise baseia-se no desenvolvimento da empresa com utilização do potencial da população regional, adaptando-as a suas terras, gerando boas condições de vida à população e trazendo progresso ao nosso País.

Dou um exemplo interessante: a Maise possui 800 casas para moradia de seus trabalhadores, emprega cerca de 3.000 operários, que recebem treinamento intensivo. Quando a Maise começou a implantar o cultivo de uvas na região de Mossoró, houve dificuldades e técnicos foram trazidos do Chile e de Israel, mas eles não foram capazes de encontrar a maneira

correta de podá-las, para que houvesse alta produtividade. Um caboclo local, treinado pela Maisa, descobriu a forma adequada de podá-las. Quer dizer, uma pessoa simples, da terra, que recebeu treinamento adequado, soube por a sua criatividade a serviço da empresa. São pessoas simples que, recebendo treinamento adequado, são capazes de uma atividade altamente produtiva.

Enquanto não houver distribuição mais justa e inteligente dos investimentos públicos, visando atender às regiões mais carentes, não como mero paternalismo, mas como verdadeira estratégia econômica, os problemas se tornam cada vez mais complexos, desencadeando problemas sociais sempre agravados. Já é hora de o governo voltar seus olhos para o Nordeste com uma visão a longo prazo da região, vendo as oportunidades que ela pode oferecer.

Hoje somos levados a pleitear pequenos benefícios, quando sabemos que o que falece à região é uma visão a longo prazo; é estudá-la como uma enorme oportunidade que pode dar ao País uma contribuição para o seu futuro.

Confesso que voltei impressionado dessa viagem, quando tive oportunidade de confrontar perímetros públicos, como o de Apodi, em que há desperdício, baixa produtividade e vultosos recursos investidos pelo Governo Federal lado a lado com a iniciativa privada apenas subsidiada pelo Governo Federal, mas com altíssima produtividade, com alto retorno para todo o País.

Isso causa a forte impressão e a certeza de que o caminho é a agricultura irrigada, mas a agricultura irrigada nas mãos da iniciativa privada. Pessoas empreendedoras precisam ser estimuladas a trabalhar na agricultura irrigada, porque elas realmente podem dar grande contribuição ao nosso País.

O Sr. Elcio Alvares — Senador Beni Veras, V. Exª me concede um aparte?

O SR. BENI VERAS — Com prazer, ouço V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Elcio Alvares — Deixei que o discurso de V. Exª se realizasse por inteiro e, como sempre faço, ouvi atentamente toda a exposição. Inegavelmente, ao longo do mandato de V. Exª no Senado, evidencia-se, cada vez mais, a sua paixão pela temática do Nordeste. Não podia ser de outra forma, pois, como representante do Ceará, V. Exª convive com todas as peculiaridades da região nordestina. Por isso, ninguém pode ter mais autoridade que V. Exª para examinar tudo que se relaciona a sua região. Dentro de um discurso que tive oportunidade de proferir há poucos dias, em que rendia homenagens a V. Exª pelo seu brilhante trabalho à frente da Comissão de Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, ...

O SR. BENI VERAS — Devido à generosidade de V. Exª

O Sr. Elcio Alvares — ... deixei claro que V. Exª estava, cada vez mais, nos motivando para debater o problema nordestino ao mesmo tempo em que enfatizava um ponto que considero da mais alta importância: não se deve colocar o Nordeste como uma região que está em estado de clamor público, pedindo providências que represente auxílio, socorro, ou qualquer outro tipo de ajuda. Seu discurso é uma profissão de fé. Desde que se faça um trabalho racional, com apoio técnico, usando-se tecnologia adequada, o Nordeste dará seus frutos — no bom sentido da expressão — porque a capacidade de produção nordestina e o destemor daqueles que investem no Nordeste,

conscientes da produtividade da região, dizem bem que a problemática do Nordeste não pode ser examinada, exclusivamente, sob o aspecto da seca. Essa é uma visão totalmente errada da questão. Nesse ponto, V. Exª está prestando um serviço notável à região Nordeste brasileira, acabando, de vez, com aquele conceito genérico de que todos os nordestinos são subdesenvolvidos e estão necessitando de auxílio, de algum apoio do Governo que representa mais uma benesse do que um reconhecimento. Esse é o grande trabalho que V. Exª realizará ao longo do mandato, que, ao fim de oito anos, não tenho dúvida, ao encerrá-lo será creditado ao seu desempenho parlamentar, aos seus discursos esta visão inteiramente realista e justa do Nordeste brasileiro. Mais uma vez, como seu admirador impenitente, quero cumprimentá-lo por mais essa visão clara, objetiva, serena, justa, correta do problema nordestino que V. Exª traz a esta Casa, com muita proficiência, no dia de hoje. Receba meus cumprimentos. Queira Deus que o Nordeste tenha, não só da pessoa de V. Exª, mas de outros dignos representantes — a exemplo do Senador Chagas Rodrigues, que agora nos honra com a sua presidência — aqui sempre uma palavra de apoio, não o apoio que clama a solidariedade nacional como gesto de auxílio, mas a certeza de um apoio que reclama — isto sim — o reconhecimento do Nordeste como uma das regiões mais importantes desse imenso continente brasileiro — digo “continente” porque o País realmente tem dimensões continentais — que precisa ser equacionado, conforme V. Exª tem pregado, ou seja, dentro de um projeto nacional amplo que reconheça em todos os momentos a potencialidade em cada região. Hoje, o seu discurso é o testemunho vivo de que com um trabalho sério, planejado, objetivo, poderemos dar ao Nordeste aquilo que ele merece na sua expressão econômica.

O SR. BENI VERAS — Agradeço as palavras generosas de V. Exª. Senador Elcio Alvares, como sempre, tenho podido contar com a ajuda, com a orientação, com a amizade, com o apoio de V. Exª nas iniciativas que temos tomado.

Essa questão do Nordeste me chama muito a atenção porque conversando com o Sr. Geraldo Rola, principal executivo do Grupo Maisa, ele me disse o seguinte: Temos aqui as melhores condições do mundo para a fruticultura porque, devido às condições de insolação, de evaporação etc, as frutas têm um sabor especial e, por isso, encontram lugar no mercado internacional.

Então, há na região, o sentimento de que somos uma região maldita. Na realidade, é o contrário disso: somos uma região abençoada; apenas não trabalhamos no lado forte da região, no que ela tem de maior potencialidade e não usamos essa alavanca para torná-la rica e próspera.

A Califórnia é uma região riquíssima. Israel desenvolveu uma agricultura irrigada importante. Estive no Uzbequistão, na África Central, uma região desértica, absolutamente arenosa e desértica, contida entre os rios Amudariá e Sir-Dariá, que descem do Himalaia e deságuam no Mar de Aral. Então, as águas desses dois rios são utilizadas para irrigar um enorme jardim. Para que V. Exª possa ter uma idéia — eu conheci essa região, que é chamada “campo da fome” —, existem 950 mil hectares irrigados. Naquela área são produzidos seis milhões de toneladas de algodão e frutas, abastecendo toda a União Soviética com esses dois produtos. A região é arcaica só, mas tem todas as condições climáticas adequadas para a agricultura.

No Nordeste isso também é verdadeiro. As condições gerais são excepcionais. Falta água regularmente, é verdade; mas há condições de se fazer com que a água esteja disponível permanentemente. A transposição do São Francisco é um exemplo; a construção de açudagem em locais adequados, é outro exemplo. Então, é necessário que nos dediquemos a isso. Não é favor à região, mas sim um investimento economicamente rentável e que pode dar ao nosso País um futuro muito bom, incorporando à economia nacional cerca de 18 milhões de nordestinos que lá estão jogados a sua própria sorte, famintos, em meio à possibilidade de existir uma Canaã, em meio a uma riqueza potencial que pode ser explorada bastando apenas uma orientação mais adequada da nossa ação governamental.

Penso que devemos insistir nessas questões, mesmo que não vejamos solução a curto prazo porque isso levará, ao longo do tempo, ao convencimento, pelo menos para perdermos esse complexo de inferioridade, de sabermos que a falha está na nossa incapacidade política de levar o País a fazer o que precisa para obter um grande destino.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JULIO CAMPOS (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores:

Nesses tempos em que o Brasil todo, através do Governo, dos empresários e das entidades mais representativas de sua sociedade, procura se mobilizar na busca de uma solução para o deprimente problema da fome, nada mais adequado do que verificar o que o setor pesqueiro pode fazer para dar a sua colaboração nessa nobre empreitada.

A despeito de toda importância desse setor para a economia e do pescado como fonte proteica, o que se tem verificado no Brasil é o decréscimo dessa atividade econômica e a queda no consumo de pescado pela população. A produção atual, no Brasil, gira em torno de 800 mil toneladas anuais. Sete anos atrás era de um milhão e duzentas mil toneladas. O consumo médio anual é de 7,2 quilos por pessoa, bem abaixo da média mundial de 13 quilos.

Além de a disponibilidade ser pouca, o fator mais determinante do baixo consumo de peixe é o preço. Na Semana Santa deste ano, por exemplo, vendia-se, no Rio de Janeiro, o filé de merluza, importado do Uruguai, quase pela metade do preço do filé de merluza produzido no Brasil. Nesse mesmo período, podia-se comprar bacalhau, também importado, por preço abaixo do que o de alguns peixes considerados nobres, capturados na nossa costa marítima ou em nossos rios.

Tudo isso ocorre, porque no Brasil não existe uma política definida para a pesca. O único órgão oficial que cuidava desse setor, a Sudepe, foi extinto na fúria demolidora de instituições públicas do Governo Collor. A partir daí, passou a cuidar da pesca o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — o IBAMA. Unicamente por essa decisão já se pode verificar que a intenção era mesmo aniquilar o setor. Em razão disso, a fiscalização, que já era insuficiente, praticamente deixou de existir; em consequência, a pirataria tomou conta de nossas águas territoriais, principalmente na costa dos Estados do Norte e do Nordeste. Avalia-se que os pesqueiros clandestinos retirem anualmente de nossas águas o equivalente a 450 milhões de dólares, o dobro do que o Brasil arrecada com a exportação de pescados.

O fato de nosso País ocupar o 26º lugar no ranking mundial da pesca, tendo 8.400 quilômetros de costa, 200 milhas de mar territorial e uma infinidade de rios espalhados por todo o seu território, é simplesmente um atestado da sua incompetência no lidar com esse problema ou uma prova do descaso com que trata essa atividade.

Enquanto, no mundo, a produção de pescado corresponde ao dobro da produção de outras carnes, aqui no Brasil, a situação é invertida: a produção de outras carnes ultrapassa a de peixe em mais de duas vezes, girando em torno de dois milhões de toneladas.

Uma outra variante deve ser levada em conta ao se analisar esse problema: enquanto na pecuária, na suinocultura e na avicultura os investimentos são constantes e altos, na pesca, os investimentos altos acontecem na montagem da infraestrutura. Depois disso, os gastos se reduzem sensivelmente, uma vez que a própria natureza se encarrega da proliferação e do crescimento dos peixes. Ao homem basta explorá-los adequadamente e racionalmente.

Estou plenamente convencido, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de que o setor pesqueiro pode desempenhar um importantíssimo papel na empreitada de debelar a fome em nosso território. Basta que as nossas autoridades se convençam de toda a potencialidade desse setor e lhe proporcionem o devido suporte financeiro, para que melhore a frota pesqueira e se expandam as instalações armazenadoras e processadoras do produto. À agricultura, por exemplo, o Governo destina bilhões de dólares para custeio do plantio e da colheita. Por que não fazer o mesmo com o setor pesqueiro, incentivando as cooperativas, as associações e colônias de pescadores, as empresas de pesca? Por que não facilitar-lhes também o acesso ao crédito para que expandam a sua frota e melhorem as suas instalações? Tenho certeza de que, se isso for feito, em pouco tempo teremos conseqüências benéficas tanto para a economia quanto para a saúde do nosso povo.

Outra medida que, a meu ver, deve ser tomada pelo Governo é a criação de uma Secretaria Nacional de Pesca, subordinada ao Ministério da Agricultura, para coordenar todas as ações do setor. Isso é o mínimo necessário para reativá-lo adequadamente. Países em que a pesca está bem mais desenvolvida do que aqui dedicam mais atenção ao setor pesqueiro, havendo mesmo um ministério para cuidar desse assunto. É isso o que se verifica, por exemplo, na Espanha.

Existem entre nós cerca de um milhão e seiscentos mil pescadores profissionais. Esse é um número que, pela sua abrangência, justificaria também a existência de escolas técnicas, localizadas em várias regiões do nosso território, voltadas para a pesca. Essa medida proporcionaria sensível melhora no desempenho do setor, de vez que proporcionaria o aperfeiçoamento da mão-de-obra.

Não fossem esses aspectos, já eloqüentes por si, um outro existe a determinar que o Brasil tome iniciativas urgentes no sentido de promover a utilização ótima dos recursos vivos existentes na zona econômica exclusiva de 200 milhas, reconhecida pela ONU através da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada pelo Brasil em 1988. Caso isso não seja feito, o Brasil poderá se ver compelido a dividir com outros países a exploração dessa zona; o Brasil poderá ser surpreendido com a invasão de barcos pesqueiros capturando peixes em sua costa, sem nada poder fazer para deles se livrar.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, creio estar mais do que comprovada a necessidade de o Governo

brasileiro voltar urgentemente a sua atenção para o problema da pesca no Brasil. A potencialidade do País é grande demais para ser relegada a plano secundário. Além disso, será vergonhoso se, depois de toda luta e celeuma causados pela extensão do nosso mar territorial para 200 milhas, nosso País perder a jurisdição sobre essa área por inoperância e negligência de nossas autoridades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 1993 (apresentado como conclusão de Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Bello Parga, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, no valor de dezenove bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, oito-

centos e quatro mil, trezentos e dezoito cruzeiros e cinquenta e três centavos, para financiamento do Projeto Programa de Consolidação do Sistema Rodoviário do Maranhão.

— 2 —

REQUERIMENTO Nº 515, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 515, de 1993, do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, *in fine*, combinado com os arts. 71 e 74, a, e 78 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial, composta de 9 membros titulares e 5 suplentes, para, no prazo de 90 dias, estudar a problemática vinculada ao Programa Calha Norte.

— 3 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 6 minutos.)

MESA**Presidente**

Humberto Lucena - PMDB - PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues - PSDB - PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias - PTB - MS

1º Secretário

Júlio Campos - PFL - MT

2º Secretário

Nabor Júnior - PMDB - AC

3º Secretário

Júnia Marise - PRN - MG

4º Secretário

Nelson Wedekin - PDT - SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia - PDT - RN

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

Carlos Patrocínio - PFL - TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Flício Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Eptácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

PSDB			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RO-4062/63
PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Albano Franco	SF-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
PDC			
Moisés Abrão	GO-3137/37/322	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
PT/PSB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65
PFL			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SF-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SF-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20
PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07
PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
PRN			
Albano Franco	SF-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epiácio Cafeteira	MA-4073/7
PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dário Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/6
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/5
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/4
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/
Vago		Vago	
PFL			
Dário Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/8
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/
Felcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/
Belto Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/
Vago		José Richa	PR-3163/
PTB			
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Vago	
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074,
PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SF-4055/
PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/
PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221

Secretário: Celson Parente - Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
	PFL		
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
	PSDB		
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
	PTB		
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36
	PDT		
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
	PRN		
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
	PDC		
Epidácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
	PDS		
Speridião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
	PP		
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
Carlos Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Ed Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epidácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia
Telefones: Secretária: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
	PFL		
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CT-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Ondre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/5
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/6
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/8

PDT

Dary Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/5
--------------	------------	---------------	-----------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/5
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/1

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Eptácio Cafeteira	MA-4073/4
--------------	------------	-------------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/0
-------------------	------------	-----------------	-----------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/8
-------------	------------	-------------	-----------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/2
-----------------	------------	------------------	-----------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente**Ramais:** 3496/3497**Reuniões:** Quintas-feiras, às 14 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121